p3lp
Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES E GAPS DE CAPACIDADES

NAS ENTIDADES GESTORAS DE SERVIÇOS DE ÁGUAS

Angola

Parceria Portuguesa para a Água

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS 3

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS 4

1. INTRODUÇÃO 5

2. CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO 6

3. CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS INTERVENIENTES NO SECTOR DA ÁGUA 15
3.1. DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS (DNA) 16
3.2. INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (INRH) 18
3.3. EMPRESA PÚBLICA DE ÁGUAS DE LUANDA (EPAL) 19
3.4. EMPRESA DE SANEAMENTO E LIMPEZA DE LUANDA (ELISAL) 20
3.5. EMPRESA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE BENGUELA (EASB) 20
3.6. EMPRESA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO LOBITO (EASL) 26
3.7. EMPRESA PROVINCIAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO HUAMBO (EPASH) 32
3.8. EMPRESA PÚBLICA DE ÁGUA E SANEAMENTO DO BENGO (EPASB) 33
3.9. EMPRESA PÚBLICA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE CABINDA (EPASC) 34

4. CONCLUSÕES 37

5. REFERÊNCIAS 40

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1. Províncias de Angola 7
Tabela 2. Principais Indicadores Macroeconómicos (2013-2018) 8
Tabela 3. PND – Indicadores de Objectivos (2013-2017) 10
Tabela 4. PND – Objectivos e Prioridades para o Desenvolvimento do Sector das Águas 11
Tabela 5. Indicadores para o Sector da Água 11
Tabela 6. PND – Projectos e Investimentos do Cluster Energia e Água 13
Tabela 7. EASB, Quadro de Pessoal 21
Tabela 8. Evolução da Carteira de Clientes por Sector de Actividade 22
Tabela 9. EASB, Principais Projectos/Investimentos 24
Tabela 10. EASB, Demonstração de Resultados Previsional 25
Tabela 11. EASL, Quadro de Pessoal 27
Tabela 12. EASL, Quadro de Pessoal por Habilitações Literárias 27
Tabela 13. EASL, Produção, Distribuição e Facturação de Água 28
Tabela 14. EASL, Capacidade Instalada por Local de Captação e Produção 28
Tabela 15. EASL, Principais Projectos/Investimentos 31
Tabela 16. EPASB, Estrutura Organizacional 33
Tabela 17. EPASB, Principais Dados da Actividade Produtiva 33
Tabela 18. EPASC, Principais Projectos 35
Tabela 19. EPASC, Futuras Ligações 36

Figura 1. Arquitectura do PND 2013-2017 12
Figura 2. MINEA, Organigrama 16
Figura 3. INRH, Organigrama – Serviços Centrais 18
Figura 4. EASB, Identidade Estratégica 20
Figura 5. EASB, Organigrama 21
Figura 6. EASB, Produção, Distribuição e Facturação de Água 22
Figura 7. EASB, Análise SWOT 23
Figura 8. EASL, Organigrama 26
Figura 9. EASL, Sub-Condutas da Zona Baixa de Lobito 28
Figura 10. EASL, Sub-Condutas e redes de distriuição da Zona Alta de Lobito 29
Figura 11. EASL, Análise SWOT 29
Figura 12. EPASC, Estrutura Organizacional 34

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AfDB - Banco Africano de Desenvolvimento
AOA - Kwanza
APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas
AU - African Union (União Africana)
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
BNA - Banco Nacional de Angola
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DNA - Direcção Nacional de Águas
DNAAS - Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento
EASB - Empresa de Águas e Saneamento de Benguela
EASL - Empresa de Águas e Saneamento do Lobito
EIU - Economist Intelligence Unit
ELISAL - Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda
ENAS - Empresa Nacional de Águas e Saneamento
EPAB - Empresa Pública de Águas de Benguela
EPAL - Empresa Pública de Águas de Luanda
EPAS - Empresas Públicas de Água e Saneamento
EPASB - Empresa Pública de Água e Saneamento do Bengo
EPASC - Empresa Pública de Águas e Saneamento de Cabinda
EPASH - Empresa Provincial de Água e Saneamento do Huambo
ETA - Estação de Tratamento de Águas
EUR - Euro
FMI - Fundo Monetário Internacional
GABHIC - Gabinete para a Administração da Bacia Hidrográfica do rio Cunene
GoA - Government of Angola (Governo de Angola)
INRH - Instituto Nacional de Recursos Hídricos
Kz - Kwanza
MINEA - Ministério da Energia e Águas
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
OABH - Órgãos de Administração de Bacias Hidrográficas
ODM - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ONU - Organização das Nações Unidas
OPEC - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCA - Presidente do Conselho de Administração
PDISA - Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas
PE - Projectos Estruturantes
PIB - Produto Interno Bruto
PIP - Programa de Investimento Público
PNA - Plano Nacional de Água
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNEA - Programa Nacional Estratégico para a Água 2013-2017
PRUALB - Projecto de Reabilitação Urbana e Ambiental das Cidades de Lobito e Benguela
SADC - Southern Africa Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
SIDA - Síndroma da Imunodeficiência Adquirida
UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola
USD - United States Dollar (Dólar Americano)
VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana
WTO - World Trade Organization (Organização Mundial de Saúde)
ZAMWIS - Zambezi Water Resources Information System

INTRODUÇÃO

No âmbito do projecto P3LP – Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa, e co-financiada pelo Compete 2020, a PPA tomou a iniciativa de realizar um estudo de diagnóstico de necessidades e gaps de capacidades nas entidades gestoras de serviços de águas em Angola. O estudo tem como objectivo apoiar a identificação e priorização de áreas de intervenção para uma potencial cooperação com entidades gestoras Portuguesas, susceptível de gerar efeitos multiplicadores sobre a fileira industrial do cluster nacional da Água, identificando prospectivamente tipos de serviços ou produtos especialmente vocacionados para este mercado.

O estudo de diagnóstico à realidade particular de Angola, foi realizado recorrendo a:

- Informação pública disponível;
- Informação recolhida através de entrevistas presenciais aos responsáveis das entidades relevantes do sector e âmbito do estudo. No âmbito do presente estudo apenas foi possível auscultar o INRH – Instituto Nacional de Recursos Hídricos, na pessoa do Eng.º. Manuel Quintino (Director-Geral);
- Informação recolhida no seguimento da missão inversa organizada pela PPA, na semana de 26 a 30 de Junho de 2017.

1

CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO

1 CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO

Começamos por destacar duas datas marcantes na história recente de Angola, 1975, ano em que o País alcança a independência e 2002 (pelos acordos assinados no Luena, Moxico) em que a Paz é finalmente consolidada ao fim de 27 anos de independência.

Desde 1992, ano das primeiras eleições gerais, que a democracia multipartidária governa Angola. O MPLA em conjunto com a UNITA e outras forças políticas com assento parlamentar, têm gerido a reconstrução de um dos países de futuro mais promissor de África.

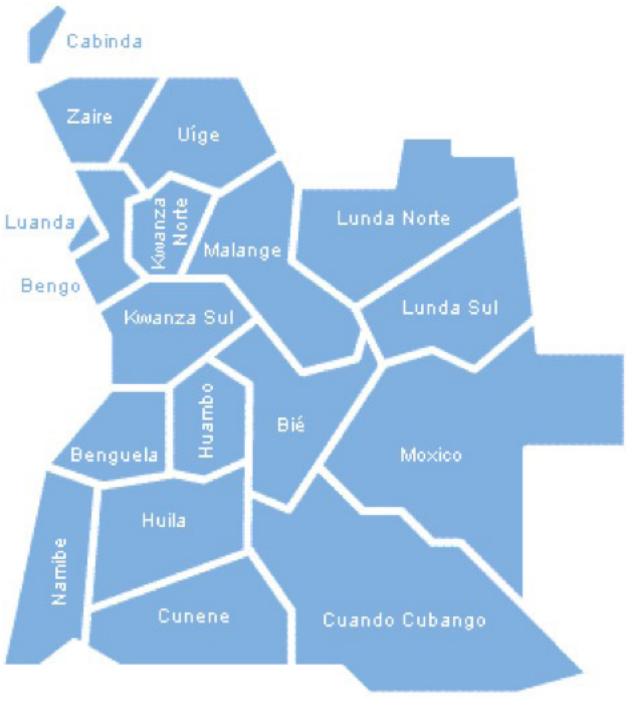
Desde a sua independência, Angola contou com dois presidentes até ao momento. O primeiro, o fundador da Nação Angolana, o Dr. Agostinho Neto e o segundo e actual Presidente da República, o Eng.º José Eduardo dos Santos, que se tornou, aquando da sua investidura, em 1979, o mais jovem presidente do continente.

Angola possui um território com cerca de 1.247.000 km^2 e de acordo com o Censo de 2014, contempla uma população de cerca de 24,3 milhões de habitantes. Com estes dados obtemos uma densidade populacional de cerca de 19,5 habitantes por km^2.

A capital do País é a cidade de Luanda que conta com cerca de 6,9 milhões de habitantes; outras cidades importantes contam com muito menos habitantes, Lubango (1 milhão), Huambo (904 mil), Lobito (737 mil), Benguela (469 mil), Kuito-Bié (424 mil) e Cabinda (399 mil).

TABELA 1 – PROVÍNCIAS DE ANGOLA

PROVÍNCIA	EXTENSÃO (KM^2)	CAPITAL
Bengo	33.016	Caxito
Benguela	39.826	Benguela
Bié	70.314	Kuito
Cabinda	7.270	Cabinda
Kuando-Kubango	199.049	Menongue
Kwanza-Norte	24.110	N'dalatando
Kwanza-Sul	55.600	Sumbe
Cunene	87.342	Ondjiva
Huambo	34.270	Huambo
Huíla	79.022	Lubango
Luanda	2.417	Luanda
Lunda-Norte	103.000	Dundo
Lunda-Sul	77.367	Saurimo
Malanje	97.602	Malanje
Moxico	223.023	Luena
Namibe	57.091	Namibe
Uíge	58.698	Uíge
Zaire	40.130	M'BanzaCongo



Fonte: Portal Oficial do Governo de Angola (http://www.governo.gov.ao/opais.aspx)

A maioria da população é cristã (católicos romanos), embora uma grande parte da população, pratique cultos e religiões locais.
Apesar da língua oficial ser o português, são falados diversos dialectos sendo os mais falados, o Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote e Nganguela.
A moeda oficial é o Kwanza (AOA), sendo a sua equivalência para o EUR de: 1 EUR = 184,49 AOA (à data do estudo BNA).
Destaquem-se as principais entidades internacionais com as quais Angola mantém um relacionamento institucional, Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC), organização das Nações Unidas (ONU) e grande parte das suas agências especializadas. Integra ainda a Organização Mundial do Comércio (WTO) desde 1996. A nível regional faz parte da Comunidade para o Desenvolvimento da Africa Austral (SADC – embora ainda não tenha aderido à respectiva Zona de Comércio Livre), da União Africana (AU) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
A evolução do País, desde a saída de uma guerra civil, tem sido assumir-se como uma potência regional no contexto da África Subsariana, convergindo para uma economia de mercado com um Produto Interno Bruto per capita (dados de 2015) de cerca de 7.255 dólares em termos de paridade do poder de compra.
O País é rico em recursos naturais, com destaque para o petróleo. Estima-se que o seu subsolo albergue 35 dos 45 mais importantes recursos naturais do comércio mundial entre os quais se destacam o petróleo, gás natural, diamantes, fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, magnésio, ouro e rochas ornamentais.
O petróleo tem representado cerca de 50% do PIB, mais de 70% das receitas fiscais e mais de 90% das exportações. No entanto a agricultura de subsistência ainda constitui o principal recurso para a maioria da população, ocupando cerca de 85% da força laboral, embora represente apenas 10,2% do PIB total. Em contrapartida, a indústria e os serviços, que têm um peso no PIB de, respectivamente de 61,4% e 28,4%, empregam apenas 15% do total da força laboral.
Contrariamente ao que aconteceu nos anos 2003-2008, em que se registaram crescimentos ao ano de cerca de 12%, fruto do impulso da produção petrolífera, o País passou para os 4,8% e 3%, respectivamente 2014 e 2015, devido ao impacto da crise financeira global e da queda na produção e no preço do barril de petróleo.
No médio prazo, para o período 2016-2020, o sector não-petrolífero deverá expandir de forma significativa, ao contrário do investimento neste sector, limitado pela ausência de reformas. Neste cenário, o EIU prevê que o crescimento médio do PIB atinja 2,5%, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento médio de 3,3%.
Abaixo, são inumerados diversos indicadores macroeconómicos que ilustram a trajectória da economia Angolana.

Tabela 2 – Principais indicadores macroeconómicos (2013-2018)

	2013[a]	2014[a]	2015[b]	2016[b]	2017[c]	2018[c]
População (milhões)	23,4	24,3	25,0	25,8	26,7	27,5
PIB preços de mercado[1] (106 USD)	124 912	126 775	102 643	93 773	94 520	100 681
PIB per capita (USD)	5 330	5 230	4 100	3 630	3 550	3 660
Crescimento real do PIB (variação %)	6,8	4,8	3,0	0,6	3,0	3,5
Consumo privado[2] (variação %)	19,0	11,5	3,5	1,2	3,6	4,0
Consumo público[2] (variação %)	-2,7	12,2	-4,9	2,6	4,2	4,4
Formação bruta de capital fixo[2] (variação %)	5,9	6,4	2,2	2,7	3,2	4,7
Taxa de inflação (%)	7,7	7,5	14,3	32,2	11,3	8,5
Saldo do sector público (% do PIB)	-0,3	-6,1	-5,2	-6,8	-4,8	-3,4
Dívida externa (106 USD)	25 004	28 450	33 924	37 606	41 423	46 264
Dívida externa (% do PIB)	20,0	22,4	33,1	40,1	43,8	46,0
Dívida pública (% do PIB)	31,4	34,2	57,3	56,1	51,9	48,7
Saldo da balança corrente (106 USD)	8 348	-3 772	-8 531	-8 275	-7 981	-6 153
Saldo da balança corrente (% do PIB)	6,7	-2,9	-8,3	-8,8	-8,4	-6,1
Taxa de câmbio (média) 1USD=xAOA	96,52	98,30	120,06	171,45	208,47	228,43
Taxa de câmbio (média) 1EUR=xAOA	128,19	130,63	133,22	190,36	226,72	253,85

Notas: 1 – Preços correntes; 2 – Preços constantes; a – Valores actuais; b – Estimativas; c – Previsões
Fonte: AICEP, "Angola – Ficha de Mercado", Setembro de 2016

Com a cotação do petróleo abaixo dos valores de 2011-14 e uma elevada pressão sobre a despesa, o EIU perspectiva que o país continuará a apresentar défices orçamentais sucessivos até 2020.

Se bem que a diversificação da economia continue a ser uma prioridade oficial, o desempenho do sector do petróleo e gás continuará a ter um impacto substancial no equilíbrio das contas do Estado angolano no período 2017-20. Assim, a desvalorização do kwanza significa que o valor da receita do petróleo em moeda local crescerá substancialmente e com a previsão do preço do petróleo crescer a uma média anual de 22,5% nos próximos 2 anos, o EIU projecta que o défice orçamental caia para 3,4% do PIB em 2018.

No que diz respeito aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), os quais foram adoptados por 189 Estados-Membros das Nações Unidas, incluindo Angola, em Nova Iorque, de 6 a 8 de Setembro de 2000, para o caso de Angola foram definidos 8 ODM – com as suas 20 Metas, que agregam 56 Indicadores e que coincidem com os Objectivos da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo "Angola 2025", que o País passou a integrá-los nos quadros de referência para a elaboração dos seus instrumentos de planeamento de médio prazo e das respectivas políticas públicas, por um lado, e a avaliar, periodicamente, a sua realização, por outro.

Os 8 ODM foram:

Objectivo 1: Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome
Objectivo 2: Alcançar o Ensino Primário Universal
Objectivo 3: Promover a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres
Objectivo 4: Reduzir a Mortalidade Infantil
Objectivo 5: Melhorar a Saúde Materna
Objectivo 6: Combater o VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças
Objectivo 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental
Objectivo 8: Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Apesar da limitação originada pela falta de dados do Censo Geral da População e Habitação 2014 e do Inquérito de Indicadores Múltiplos Demográficos e de Saúde 2015, o balanço, de acordo com o Ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, na perspectiva conjugada dos objectivos e das metas, permite identificar importantes tendências e fazer, com alguma robustez, inferências sobre a sua realização. De facto, a avaliação, na perspectiva dos objectivos, revela que têm, tendencialmente:

a) Alta probabilidade de realização, os ODM 1 (Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome) e 8 (Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento);

b) Média probabilidade de realização, os ODM 2 (Alcançar o Ensino Primário Universal), 3 (Promover a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres) e 7 (Garantir a Sustentabilidade Ambiental);

c) Baixa probabilidade de realização, os ODM 4 (Reduzir a Mortalidade na Infância), 5 (Melhorar a Saúde Materna) e 6 (Combater o VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças).

Essa mesma avaliação, na perspectiva das metas, revela que:

a) Foram realizadas as metas 1.C (Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome) e 8.D (Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a sua dívida sustentável a longo prazo);

b) Têm, tendencialmente, média probabilidade de realização, as metas 1.A (Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população cujo rendimento é inferior a 1 dólar PPC por dia), 1.B (Alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos), 2.A (Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino primário), 3.A (Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015), 5.A (Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna), 6.C (Até 2015, deter e começar a reduzir a incidência da malária e de outras doenças graves), 7.A (Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais), 8.A (Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório), 8.B (Responder às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos) e 8.F (Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, especialmente da informação e comunicação);

c) Têm, tendencialmente, baixa probabilidade de realização, as metas 4.A (Reduzir em dois terços a mortalidade de crianças menores de 5 anos, entre 1990 e 2015), 5.B (Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva), 6.A (Deter e começar a reduzir, até 2015, a propagação do VIH/SIDA), 6.B (Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento do VIH/SIDA para todas as pessoas que precisam dele), 7.B (Reduzir a perda de biodiversidade e alcançar, até 2010, uma redução significativa), 7.C (Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso sustentável à água potável e ao saneamento básico) e 7.D (Até 2020, ter alcançado uma melhoria significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões 4 de habitantes de bairros precários e degradados).

Associado ao Objectivo 7 (Garantir a Sustentabilidade Ambiental) e mais concretamente em relação ao indicador 7.5 (Percentagem de recursos totais de água utilizada), é relevante apresentar algumas considerações:

- São muito consideráveis as potencialidades hídricas de Angola, quer superficiais quer subterrâneas. Contudo, a actual utilização de água em Angola assume, ainda, reduzidas percentagens, uma vez que os sistemas de irrigação de grande escala não estão ainda desenvolvidos;

- O potencial hídrico renovável anualmente varia entre 140 km^3 e os 170 km^3, repartidos em cinco bacias drenantes, a saber: Atlântico (41%), Congo (22%), Zambeze (18%), Okavango (12%) e Cuvelai – Etosha (4%).

Refira-se a existência de um instrumento da governação, Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para 2013--2017, que indicia um novo ciclo da história e experiência do sistema de planeamento de Angola. De facto, é o primeiro plano de médio prazo elaborado no quadro da nova Constituição do País e após a aprovação da Lei de Bases Gerais do Sistema Nacional de Planeamento. Este Plano abrange também um período de grande importância para o futuro do País.
Este Plano permite ajudar na implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo "Angola 2025". Após o grande esforço que foi realizado para reconstruir o País destruído por décadas de guerra, Angola entrou na fase de Modernização e de Sustentabilidade do Desenvolvimento, centrada na Estabilidade e Crescimento e na valorização do homem Angolano. Esta valorização assenta, em primeiro lugar, na alfabetização e escolarização de todo o povo Angolano, que são a base para a formação e qualificação técnico-profissional e formação superior dos seus quadros, essenciais ao desenvolvimento sustentável, equitativo e pujante de Angola.

Destaquem-se algumas passagens do PND com relevância para este estudo:

- Quanto ao Enquadramento de Longo Prazo, o Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo (2013-2017) tem o enquadramento estratégico de longo prazo estabelecido pela Estratégia Nacional "Angola 2025", que fixa as Grandes Orientações para o Desenvolvimento de Angola, de que se destacam: 1. Garantir a Unidade e a Coesão Nacional; 2. Construir uma Sociedade Democrática e Participativa, garantindo as liberdades e direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil; 3. Promover o Desenvolvimento Humano e o Bem-Estar dos Angolanos, assegurando a Melhoria da Qualidade de Vida, Combatendo a Fome e a Pobreza Extrema; 4. Promover o Desenvolvimento Sustentável, Competitivo e Equitativo, garantindo o Futuro às Gerações Vindouras; 5. Promover o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação; 6. Apoiar o Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Sector Privado; 7. Desenvolver de Forma Harmoniosa o Território Nacional; 8. Promover a Inserção Competitiva da Economia Angolana no Contexto Mundial e Regional.

- Quanto aos Objectivos Nacionais de Médio Prazo, o Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo 2013-2017 pautar-se-á, em consonância com o seu enquadramento estratégico, pelos seguintes Grandes Objectivos Nacionais: 1. Preservação da unidade e coesão nacional; 2. Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento; 3. Melhoria da qualidade de vida; 4. Inserção da juventude na vida activa; 5. Desenvolvimento do sector privado; 6. Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

- A arquitectura do PND 2013-2017 está retratada na Figura 1 ajudando a relacionar os Objectivos de Longo Prazo com os Objectivos Nacionais de Médio Prazo.

- Uma das Políticas, Promoção do Desenvolvimento Equilibrado do Território tem os seguintes indicadores de objectivos (2013-2017).

TABELA 3 – PND – INDICADORES DE OBJECTIVOS (2013-2017)

Indicadores	Valor Médio no Período
Taxa média de execução do PIP provincial (%)	80
Percentagem de cidades com abastecimento de água e energia assegurados	80
Percentagem de cidades com sistemas de transportes urbanos garantidos	75
Nº médio anual de polos de desenvolvimento e de equilíbrio instalados	3
Percentagem de zonas rurais com água e energia assegurados	70
Nº de médio anual de km de estradas construídas ou reparadas	1.190

Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial)

- No âmbito das Políticas e Prioridades para o Desenvolvimento do Sector das Águas, indica-se o objectivo e as prioridades dos objectivos específicos.

TABELA 4 – PND – OBJECTIVOS E PRIORIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DAS ÁGUAS

Objectivo	Prioridades dos Objectivos Específicos
Promover, em bases sustentáveis, o abastecimento de água potável à população e de água para uso no sector produtivo, bem como serviços adequados de saneamento de águas residuais	**1.** Melhorar a qualidade do serviço de abastecimento de água tanto nas zonas urbanas como áreas suburbanas e áreas rurais
	2. Prosseguir a construção de pequenos sistemas e pontos de abastecimento de água e saneamento comunitário, nas áreas suburbanas e rurais
	3. Assegurar uma eficiente gestão na exploração dos sistemas dando continuidade à criação de entidades vocacionadas para o efeito e mediante o desenvolvimento institucional do sector
	4. Aplicar um sistema de tarifas adequadas que permita a cobertura dos custos de exploração e proteja os extractos populacionais mais vulneráveis garantindo a sustentabilidade do serviço público
	5. Assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos, prosseguindo com a criação de entidades de gestão das bacias prioritárias e a elaboração dos respectivos planos directores

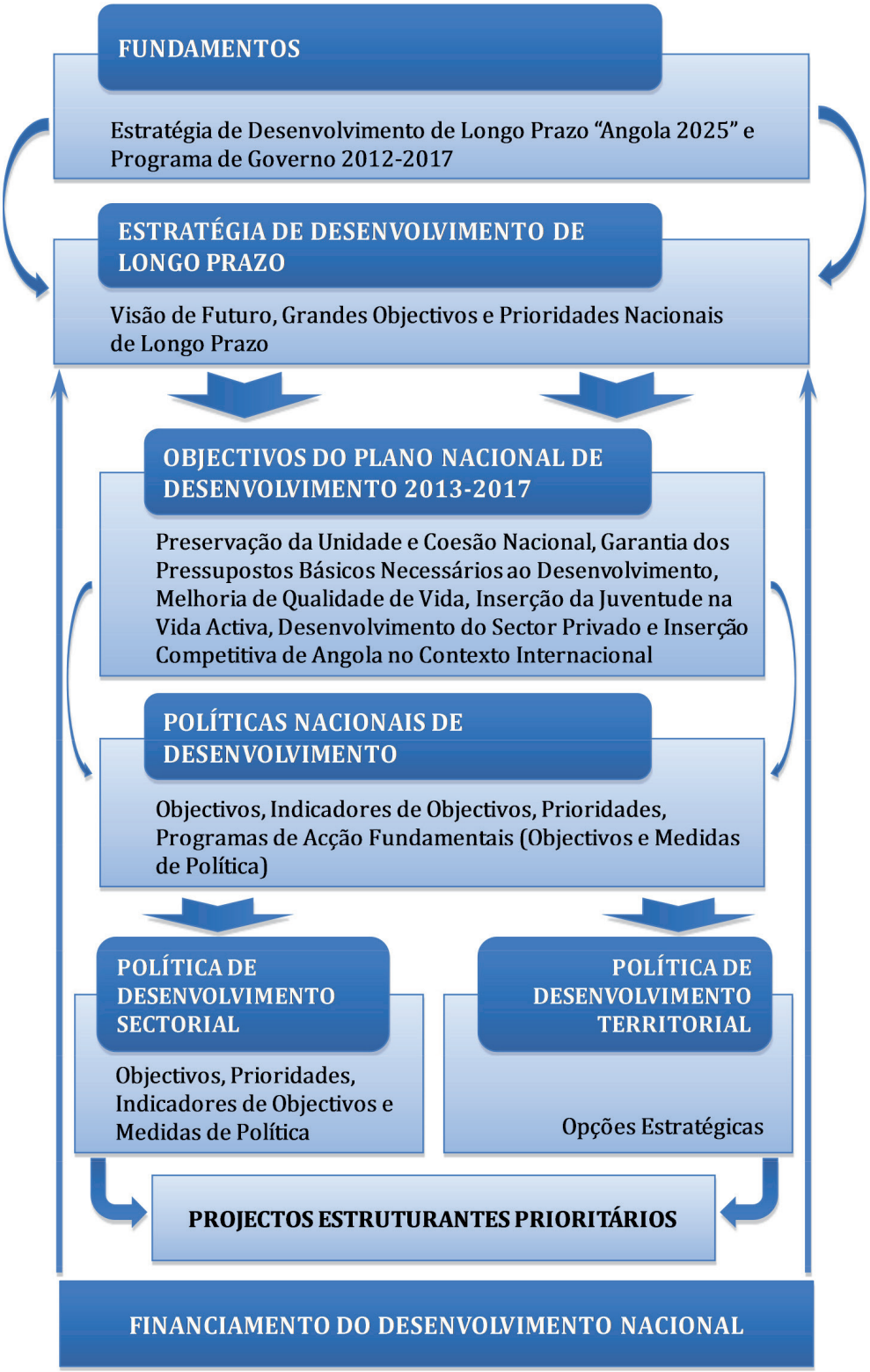
Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial)

TABELA 5 – INDICADORES PARA O SECTOR DA ÁGUA

Indicadores	2012[a]	2013	2014	2015	2016	2017
Produção de água potável nas sedes provinciais (m^3/dia)	980.353	1.176.424	1.294.06	1.488.17	1.636.99	1.767.95
Nº de postos de água existentes	6.467	6.667	6.867	7.117	7.337	7.637
Nº de chafarizes construídos	3.910	4.880	5.900	7.820	8.620	9.320
Nº de pequenos sistemas de água	360	485	610	742	853	981
Nº de furos de água abertos	5.807	5.984	6.161	6.383	6.578	6.844
Nº de fontenários construídos	3.910	4.880	5.900	7.820	8.620	9.320
Nº de cacimbas melhoradas	660	683	706	734	759	793
Taxa de cobertura da população servida com água (%)	56	59	62	65	75	85

a – ano de base
Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial)

FIGURA 1 – ARQUITECTURA DO PND 2013-2017



Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial)

Destaque-se o Cluster da Energia e Água como um dos Projectos Estruturantes (PE).
De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento, a água é um recurso transversal que constitui um factor essencial para o desenvolvimento da economia, em aspectos tão distintos como sejam a fixação da população (em função da sua disponibilidade, em quantidade e qualidade, ao longo do território), a produção e a exportação de energia hidroeléctrica, a sustentação da produção agrícola, pecuária, florestal, industrial e mineira e a promoção da oferta turística e de actividades de recreação e lazer.
A organização em cluster das actividades associadas à água deverá ter uma adequada tradução institucional sendo, atribuída ao Ministério da Energia e Águas a direcção executiva dos PE no domínio energético. Sendo a vertente água o "motor" do cluster, corresponde apenas a cerca de um quarto do investimento para os 65 PE incluídos no cluster Energia e Água, entre 2014 e 2017, estimado em 1.385.547 milhões de Kwanzas, estando os restantes três quartos deste montante alocados ao sector da energia. Cerca de um terço dos PE deste cluster possui âmbito geográfico nacional e provincial, destacando-se alguns programas nacionais de referência como o "Programa Água para Todos", cuja execução deverá ser devidamente escalonada, no sentido da sua conclusão durante o período de vigência do PND, ou o "Programa Nacional de Água e Electricidade", ou ainda a construção de sistemas de transporte de energia ou a realização de estudos determinantes para a evolução do cluster, como os planos directores do sistema de abastecimento de água ou os estudos sobre o aproveitamento das bacias hidrográficas.
Uma parte significativa destes PE tem ainda como destino Luanda, onde as condições de vida de grande parte da população estão a ser melhoradas gradualmente. Todavia, a conjugação dos diferentes PE previstos, no âmbito deste cluster, deverá garantir água suficiente a todas as sedes de província e municípios mais populosos.

TABELA 6 – PND – PROJECTOS E INVESTIMENTOS DO CLUSTER ENERGIA E ÁGUA

Cluster Energia e Água		Projectos	% de Clusters Prioritários	% Total
Projectos	Nº	65	23,21	16,67
Investimento (106 Kz)	Montante	1.384.318	30,11	22,83

Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial)

Um instrumento estratégico importante para o sector é o Programa Nacional Estratégico para a Água 2013-2017 (PNEA).

Os investimentos abrangidos pelo PNEA compreendem os seguintes eixos-componentes:

- Investimento directo em infra-estruturas, nomeadamente nos subsectores do abastecimento de água e saneamento, hidroelectricidade, pecuária, irrigação e outros;
- Reforço do conhecimento, nomeadamente em estudos de planeamento, investigação e desenvolvimento, etc.;
- Fortalecimento e Modernização do Quadro Institucional, Legal e Regulatório;
- Criação de mecanismos económico-financeiros de apoio ao investimento no sector da água.

O Programa de Investimento previsto para o período 2013-2017 previa um montante total de investimento no valor de 23 334,3 milhões de USD, dos quais 23 078,7 milhões de USD correspondem a Investimentos Públicos Estruturantes.

Entretanto no início de 2017, e de acordo com informação transmitida pelo Secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, no final da primeira reunião ordinária do Conselho de Ministros de 2017 com base no Plano Nacional da Água, recentemente aprovado, refere investimentos da ordem dos 102 mil milhões de Euros no sector da água até 2040.

Destaquem-se:

- A construção e reforço de potência nas barragens do rio Kwanza (Laúca e Cambambe), projectos já em curso;
- Melhorias nas redes públicas de abastecimento de água;
- Melhoria da qualidade da água principalmente na que chega aos meios rurais.

Enumeram-se os principais projectos financiados pela União Europeia:

- Plano de Monitorização da Qualidade da Água;
- Apetrechamento de cinco laboratórios com abrangência interprovincial: Benguela, Huíla, Cuanza Norte, Lunda Sul e Uíge;

- Desenvolvimento do projecto do Centro de Formação Profissional do Onga Zanga.

Antes de apresentarmos a caracterização dos principais intervenientes no sector da água em Angola, identifica-se:

1) O quadro legal do Sector das Águas e Principais Instrumentos Programáticos.

- Regulamento de Utilização Geral dos Recursos Hídricos, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 82/14, de 21 de Abril;
- Regulamento de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 83/14, de 22 de Abril;
- Programa Nacional Estratégico para a Água 2013-2017
- Plano Nacional da Água – 2017-2025;
- PDISA – Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas, com a comparticipação do Banco Mundial.

2) A matriz institucional das entidades que estão no sector:

- Órgão da Administração central directa do Estado de Tutela das Águas;
- Órgãos de Consulta, compreendendo o Conselho Nacional de Águas e os Conselhos Regionais de Bacias Hidrográficas;
- Órgãos da Administração Indirecta do Estado, compreendendo o Instituto Nacional de Recursos Hídricos e os Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas;
- Comissões Técnicas Multissectoriais de Bacias Hidrográficas Internacionais;
- Órgão de Regulação Económica no Domínio dos Serviços de Água (Instituto Regulador);
- Empresas Públicas de Água e Saneamento – Actualmente estão criadas no país 17 empresas públicas de água e saneamento (EPAS), nomeadamente: de Luanda (EPAL), Benguela, Lobito, Bengo, Bié, Cunene, Cuanza Norte, Cabinda, Huambo, Namibe, Malanje, Uíge, Moxico, Cuanza Sul, Lunda Norte, Lunda Sul e Huíla (aguarda autorização de criação – Zaire; empresas a desenvolver – Cuando Cubango).

2

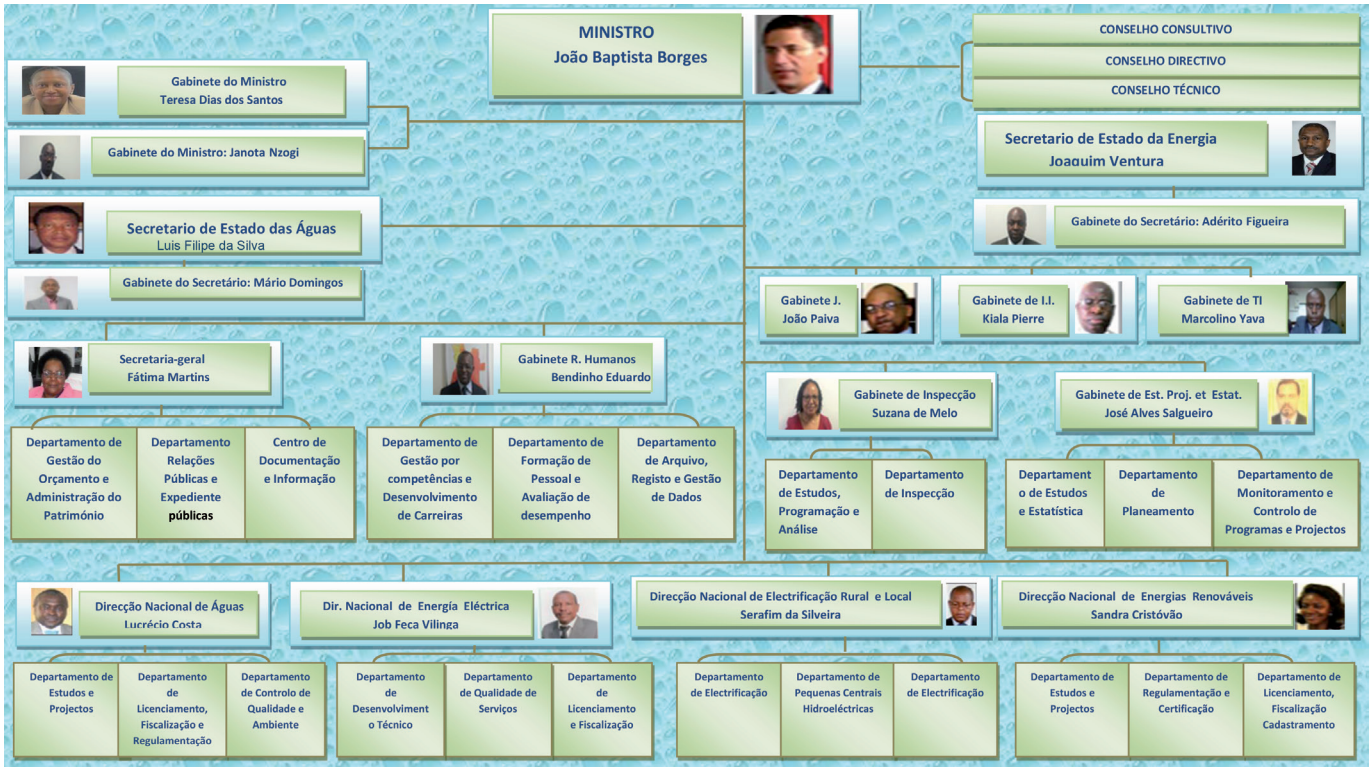
CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS INTERVENIENTES NO SECTOR DA ÁGUA

2 CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS INTERVENIENTES NO SECTOR DA ÁGUA

2.1. DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS (DNA)

O Ministério da Energia e Águas (MINEA) é o Departamento Ministerial Auxiliar do Presidente da República, que tem por objecto propor a formulação, conduzir, executar e controlar a política do Executivo nos domínios da energia, águas e saneamento.
A DNA é a direcção incluída na estrutura orgânica do MINEA que tem o domínio da água:

FIGURA 2 – MINEA, ORGANIGRAMA



Fonte: Portal do Ministério da Energia e Águas (http://www.minea.gv.ao/2012-09-21-07-36-49/organigrama.html)

São atribuições do MINEA:

a) Propor e promover a execução da política a prosseguir pelo sector da energia e águas;

b) Estabelecer estratégias, promover e coordenar o aproveitamento e a utilização racional dos recursos energéticos e hídricos, assegurando o desenvolvimento sustentável dos mesmos;

c) Elaborar, no quadro do planeamento geral do desenvolvimento económico e social do país, os planos sectoriais relativos às suas áreas de actuação;

d) Propor e promover a política nacional de electrificação, da utilização geral de recursos hídricos, a sua protecção e conservação, bem como a política de abastecimento de água e saneamento;

e) Promover actividades de investigação com repercussão nas respectivas áreas de actuação;

f) Propor e produzir legislação que estabeleça o enquadramento jurídico e legal da actividade no sector da energia, águas e saneamento;

g) Propor o modelo institucional para a realização das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica e promover a sua implementação;

h) Definir, promover e garantir a qualidade do serviço público na sua área de actuação;

i) Licenciar, fiscalizar e inspeccionar a exploração dos serviços e instalações do sector da energia;

j) Licenciar, fiscalizar e inspeccionar aproveitamentos hidráulicos e sistemas de abastecimento de água e saneamento;

k) Promover acções de intercâmbio e cooperação internacional na sua área de actuação;

l) Promover o desenvolvimento dos recursos humanos no domínio da energia, águas e saneamento;

m) Colaborar com os órgãos de Administração Local do Estado na elaboração e implementação de programas de electrificação e apoio ao desenvolvimento rural, zonas periurbanas e urbanas.

n) Realizar as demais atribuições conferidas por lei.

No caso da DNA (ex. DNAAS – Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento), identificam-se algumas das suas atribuições (ver Diário da República 24/5/2010):

- Preparar e coordenar a elaboração da política nacional de abastecimento de água e saneamento;
- Preparar e coordenar a elaboração de planos, programas e projectos integrados de abastecimento de água e saneamento e velar pela sua execução e acompanhamento;
- Constituir o cadastro nacional de redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e promover a elaboração de cadastros municipais de redes de água e de saneamento;
- Promover a elaboração de planos directores de abastecimento de água e de saneamento e velar pela sua implementação e acompanhamento.

PDISA, componente 4, contratos de operação e gestão de sistemas de abastecimento de água em curso

Província	Empresa Contratada
Huambo Uíge	Águas de Portugal
Lubango	METITO
Malanje	Águas de Valência/Quantum
N´Dalatando	Consult/seureca

Fonte: Ministério da Energia e Águas

Projectos

A - No âmbito do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas (PDISA), na sua componente 4, está previsto a capacitação e reforço institucional da DNA e das novas entidades a serem criadas. Estão em curso 5 contratos de operação e gestão de sistemas de abastecimento de água:

B - No âmbito do Apoio Institucional e de Sustentabilidade ao Abastecimento de Água Urbano e ao Serviço de Saneamento, na sua componente 1, está previsto o Desenvolvimento de 7 Empresas Provinciais de Abastecimento de Água e Saneamento.

Actualmente decorrem os trabalhos de elaboração dos termos de referência para os futuros concursos.

C - Sistema de Abastecimento de Água Xangongo – Ondjiva, Cunene (Para fornecer água a 130.000 habitantes da província do Cunene)

D - Sistema de Abastecimento de Água Caxito – Porto Quipiri (Para fornecer água a 80.000 habitantes da província do Bengo)

E - Sistema de Abastecimento de Água do Namibe

F - Sistema de Abastecimento de Água do Sumbe

G - ETAR de Moçâmedes – NAMIBE (com 8.000 m^3/d de capacidade)

Perspectivas

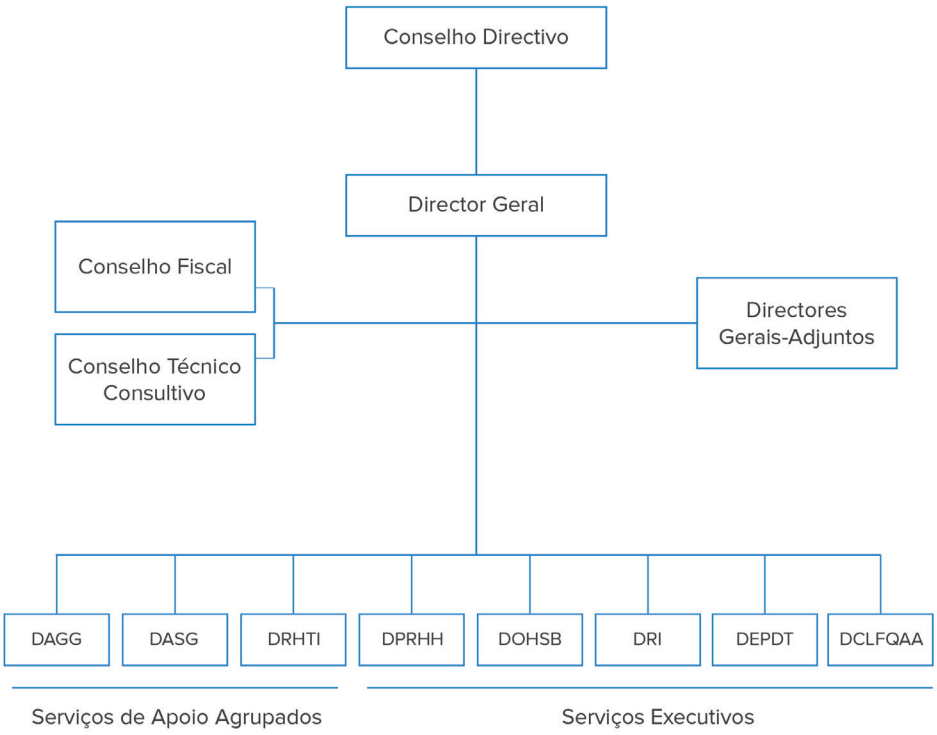
- Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA II);
- Apoio Institucional e de Sustentabilidade (BAD/GoA);
- Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional dos Sectores de Água e Saneamento (PAISAS II).

2.2. INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (INRH)

O Instituto Nacional de Recursos Hídricos (INRH) é um Órgão Dependente do MINEA, foi criado em 2010, através do Decreto Presidencial n.º 253/10, de 16 de Novembro, tendo por missão assegurar a execução da política nacional de recursos hídricos, sucedendo à extinta Direcção Nacional de Recursos Hídricos.
No entanto, o INRH só iniciou operacionalmente a sua actividade com a nomeação do seu Director Geral, em Maio de 2012.

O INRH tem por missão assegurar a execução da política nacional de recursos hídricos, em matérias de: planeamento e gestão integrada, seu uso, preservação, protecção, supervisão e controlo.
Entre as atribuições do INRH, constam: a preparação da Política Nacional de Recursos Hídricos, o asseguramento do planeamento e o ordenamento dos recursos hídricos, visando o seu uso eficiente e sustentável, acompanhar os Planos Gerais de Desenvolvimento e Utilização de Recursos Hídricos de cada Bacia Hidrográfica, promover a inventariação, classificação e registo do Domínio Público Hídrico, nomeadamente dos cursos de água, lagos, lagoas, pântanos, nascentes, albufeiras, zonas estuarinas e outros corpos de água, tendo como base os Planos Gerais de Desenvolvimento e Utilização dos Recursos Hídricos de cada Bacia Hidrográfica e coordenar a nível nacional, os Planos de Segurança de Barragens.
Em 2014 foi aprovado o Novo Estatuto Orgânico, pelo Decreto Presidencial nº 205/14 de 15 de Agosto.
O Estatuto prevê a existência de uma equipa da ordem das 130 pessoas quando o INRH apenas integra cerca de 10.
O Director-Geral demonstra uma polivalência funcional, em parte devido à escassez de recursos humanos para satisfazer as várias actividades previstas no Estatuto.

FIGURA 3 – INRH, ORGANIGRAMA – SERVIÇOS CENTRAIS



Fonte: Portal do Instituto Nacional de Recursos Hídricos (http://www.inrh.gv.ao/instituicao)

Relativamente às infra-estruturas hídricas e hidráulicas em exploração, a legislação em vigor prevê a criação de Direcções Regionais e Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas para a gestão dos recursos hídricos em Angola, assumindo as funções mais operacionais da gestão de recursos hídricos, como a atribuição de títulos de utilização, a aplicação do regime económico e financeiro, a actualização do cadastro na sua área de jurisdição, a conservação da rede hidrográfica, a gestão de impactes e riscos ambientais e o relacionamento de proximidade com os utilizadores. Actualmente, de acordo com o artigo 118.º do Regulamento de Utilização Geral de Recursos Hídricos, cabe ao INRH assegurar as actividades de planeamento e gestão dos recursos hídricos ao nível das Bacias Hidrográficas até à efectiva criação e instalação dos Órgãos de Administração de Bacias Hidrográficas (OABH).
Presentemente apenas existe o gabinete que se ocupa da gestão integrada dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Cunene, Cubango e Cuvelai, o GABHIC. O INRH prevê a criação das seguintes Direcções Regionais: Direcção Regional Norte (Cidade do Uíge), Direcção Regional Leste (Cidade do Luena), Direcção Regional Centro (Cidade de Benguela ou Cidade do Huambo).

Como principais projectos/investimentos, podemos destacar:

- Plano Nacional de Água (PNA);
- Plano Geral de Desenvolvimento e Utilização dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Zambeze (PGDURHBHZ);
- Plano Geral de Desenvolvimento e Utilização dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Kwanza (PGDURHBHK);
- Plano Geral de Desenvolvimento e Utilização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos rios Bengo e Dande (PGDURHBHBD);
- Reabilitação e adensamento da Rede Hidrométrica Nacional;
- Cadastro Nacional de Utilização dos Recursos Hídricos (CNURH).

Ao nível das carências encontradas face às principais áreas de actuação, faltam recursos humanos que permitam que o INRH possa desenvolver acções de sensibilização da população; em termos de gestão de águas pluviais, controlo de inundações, até ao momento o controlo das inundações tem sido realizado pela Protecção Civil por falta de recursos do INRH; ao nível de um Plano de Segurança da Água (Water Safety Plans), destacar que falta a elaboração de Planos de Segurança de Barragens; e em termos de cadastro das redes, sistema de informação geográfica, está em curso a utilização de diversas bases de dados (ZAMWIS, HYDSTRA e ADAPT-DB).

Para detalhar as carências do INRH, tem-se a curto prazo:

- Hidrometristas;
- Operadores de bases de dados;
- Agentes implementadores do Regime Económico e Financeiro de Utilização do Recursos Hídricos.

Para além disso, importa referir que falta criar a Autoridade de Recursos Hídricos permitindo monitorizar o interface entre os recursos hídricos e as responsabilidades dos diversos *players* do cluster da água e falta a aprovação do Fundo de Investimento no INRH (aguarda Decreto Presidencial), actualmente não existem receitas no INRH, apenas existe um orçamento que contempla basicamente o pagamento de salários da pequena equipa existente.

2.3. EMPRESA PÚBLICA DE ÁGUAS DE LUANDA (EPAL)

A EPAL, E.P, é uma empresa localizada em Luanda e tem por objectivo principal a realização de estudos, projectos, operação e manutenção de sistemas de captação, tratamento, adução e distribuição de águas, em regime de serviço público, nos termos das concessões ou licenças outorgadas pelas entidades competentes.
Acessoriamente pode a empresa exercer outras actividades industriais ou comercias, quer directamente, quer em associação com terceiros, por decisão do seu Conselho de Administração, desde que os objectivos não prejudiquem o seu objectivo principal.
É uma empresa de Interesse Público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia de gestão administrativa, financeira e patrimonial.
Foi criada através do Decreto n.º 72-A/01, de 5 de Outubro, como resultado da transformação da Empresa Provincial de Água de Luanda, EPAL – U.E.E., de acordo com a Lei 9/95, que sujeita as empresas estatais a um novo regime jurídico.
A EPAL, EP efectua a captação, produção, distribuição e comercialização de água potável à província de Luanda e arredores.
Tem como Missão:
Prestar o serviço público de abastecimento de água, com total respeito das normas de funcionamento necessárias ao desempenho das atribuições económicas e sociais de interesse público que lhe são inerentes, perseguindo um quadro de sustentabilidade económica, técnica, social e ecológica.
Promover o desenvolvimento das capacidades e competências nacionais no domínio do abastecimento de água, assumindo-se como instrumento fundamental da implementação da estratégia nacional para o desenvolvimento do sector das águas.

Tem como Visão:

- Servir com qualidade cada vez mais e melhor em benefício dos nossos clientes.
- Realizar os projectos e actividades de forma orientada para o alcance dos resultados preconizados.
- Primar pelo bom atendimento ao cliente, e pela disponibilização dos nossos serviços em tempo integral de forma confiável e segura.

Ao nível dos seus principais projectos/investimentos, destaquem-se:

- Construção do centro de distribuição da Zona Verde/Cabolombo, situado no município de Belas;
- Construção do centro de distribuição do Morar e Instalação do Sistema de Monitoramento e Segurança de Condutas Adutoras;
- Implementação do Sistema de Telegestão e Equipamento Tecnológicos Centro de Formação e Treinamento de Águas.

2.4. EMPRESA DE SANEAMENTO E LIMPEZA DE LUANDA (ELISAL)

A ELISAL é uma empresa adstrita ao Governo da Província de Luanda cujo objecto social é precisamente a gestão do sistema de limpeza de Luanda e tratamento de efluentes de águas residuais.

A sua estrutura orgânica está subdividida em:

- Uma direcção geral;
- Uma direcção de planeamento e engenharia;
- Uma divisão de operações;
- E outra divisão de saneamento.

2.5. EMPRESA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE BENGUELA (EASB)

A EASB é uma empresa de capitais públicos, cujo surgimento é resultante de várias metamorfoses sofridas ao longo dos anos pela ENAS, Centro Provincial de Benguela da Empresa Nacional de Águas e Saneamento e a EPAB por Despacho 01/GDP/EPAB/87, do Governo da Província de Benguela, cujo objectivo visou a institucionalização de um quadro jurídico-legal, e com finalidade na gestão correcta dos sistemas de tratamento de água dos municípios de Benguela e Baía-Farta, com uma representação no Município do Lobito,

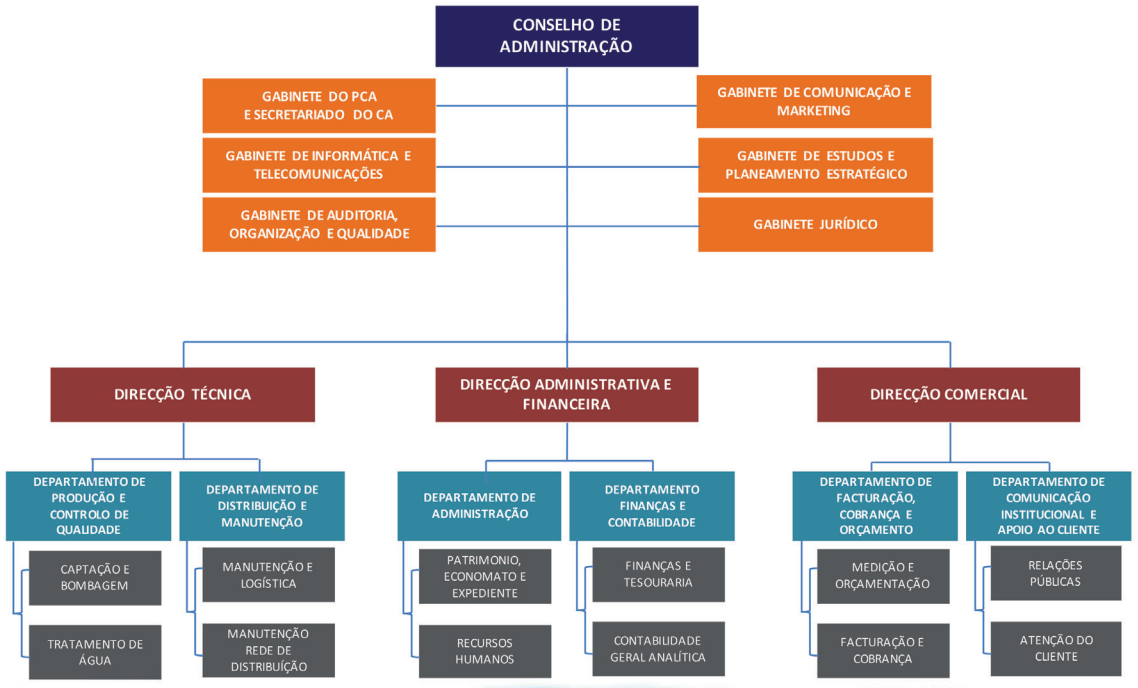
A EASB foi criada em 1995 no âmbito do Projecto PRUALB (Projecto de Reabilitação Urbana e Ambiental das Cidades de Lobito e Benguela), que tivera como objectivos a solução de problemas de alguns pontos críticos e da degradação ambiental, bem como das precárias condições sanitárias das populações e consequentemente a reabilitação do sistema de abastecimento de água e esgotos.

A sua identidade estratégica baseia-se na seguinte Missão, Visão e Valores:

FIGURA 4 – EASB – IDENTIDADE ESTRATÉGICA

Fonte: Apresentação – "Água e Energia – Reestruturar para Melhorar e Crescer" – Engº. Jaime Alberto – PCA da EASB

FIGURA 5 – EASB, ORGANIGRAMA



Fonte: Apresentação – "Água e Energia – Reestruturar para Melhorar e Crescer" – Engº. Jaime Alberto – PCA da EASB

Abaixo temos o quadro de pessoal no período 2013/2014 (em 2014 a empresa apresentava um total de 679 colaboradores, apenas mais 3 do que o ano anterior).

TABELA 7 – EASB, QUADRO DE PESSOAL

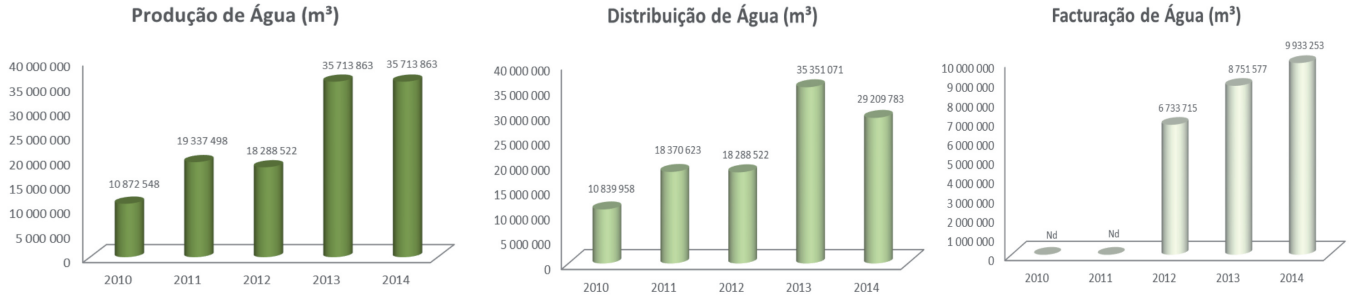
Nº	CARGOS	Ano de 2014			Ano de 2013		
		SEXO		Total	SEXO		Total
		Masc.	Fem		Masc.	Fem	
1	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	2	1	3	1	0	1
2	DIRECTORES	4	1	5	5	0	5
3	DIRECTORES DE GABINETE	1	1	2	2	0	2
4	ASSESSORES	7	2	9	4	1	5
5	CHEFES DE DEPARTAMENTO	17	6	23	17	6	23
6	CHEFES DE SECÇÃO	30	8	38	33	8	41
7	RESPONSAVEIS	44	12	56	43	11	54
8	TRABALHADORES EM GERAL	325	134	459	336	126	462
9	ESTAGIARIO	0	0	0	0	0	0
10	CONTRATUAIS MUNICÍPIO	74	2	76	73	2	75
12	CONTRATUAIS CENTRO MÉDICO	4	4	8	4	4	8
	TOTAL GERAL	508	171	679	518	158	676

Nota: Acresce ao número de colaboradores os que se encontram no regime de avençados dos quais 37 do sexo masculino e 50 do sexo feminino.
Fonte: Apresentação – "Água e Energia – Reestruturar para Melhorar e Crescer" – Engº. Jaime Alberto – PCA da EASB

Entre 2010 e 2014, a EASB, registou uma evolução da produção e distribuição de água de +228% na água produzida, de +169% na água distribuída e um forte aumento da água facturada (teve por base a melhoria de controlo da actividade da área comercial).

FIGURA 6 – EASB, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E FACTURAÇÃO DE ÁGUA

Ano	Produção (m^3)	Distribuição (m^3)	Facturação (m3)
2010	10 872 548	10 839 958	nd
2011	19 337 498	18 370 623	nd
2012	18 288 522	18 288 522	6 733 715
2013	35 713 863	35 351 071	8 751 577
2014	35 713 863	29 209 783	9 933 253



Fonte: Apresentação – "Água e Energia – Reestruturar para Melhorar e Crescer" – Engº. Jaime Alberto – PCA da EASB

TABELA 8 – EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CLIENTES POR SECTOR DE ACTIVIDADE

Evolução da carteira de clientes por Sector de Actividade

Sector de Actividade	2010		2011		2012		2013		2014	
	Activos	Bloqueados	Activos	Bloqueados	Activos	Bloqueados	Activos	Bloqueados	Activos	Bloqueados
Domésticos	20 863	4 040	24 562	3 777	27 869	3 452	33 001	2 425	36 162	2 239
Comerciais	914	262	906	468	923	440	1 038	379	1 347	391
Industriais	0	0	40	0	36	22	45	6	72	9
Públicos	319	96	346	91	360	96	404	81	403	78
Chafarizes	77	143	85	0	116	35	131	40	131	38
Revendedores	0	0	0	0	81	13	0	0	0	0
Girafas	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	22 173	4 541	25 939	4 336	29 385	4 058	34 620	2 931	38 116	2 755
TOTAL Anual	26 714		30 275		33 443		37 551		40 871	

Fonte: Apresentação – "Água e Energia – Reestruturar para Melhorar e Crescer" – Engº. Jaime Alberto – PCA da EASB

No que concerne ao número de clientes, realçar o significativo crescimento (+53%). Dos 40.871 clientes que a 31 de Dezembro de 2014 a empresa tinha sob sua gestão, 38.116 clientes eram activos (numa situação regular de abastecimento de água) e 2.755 clientes estavam bloqueados (sem abastecimento de água). As razões para a existência de clientes inactivos estão relacionadas com cortes de abastecimento por falta de pagamento.

O estudo de planeamento estratégico da EASB para o horizonte de 2015 a 2017, apresenta uma análise SWOT à organização, o que nos permite identificar as suas principais Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças com que a sua actividade se depara:

FIGURA 7 – EASB, ANÁLISE SWOT

Forças	Fraquezas
• Monopolista do mercado;	• Rede de saneamento insuficiente para a demanda das necessidades da população;
• Infra-estruturas da rede de distribuição de Água totalmente renovada e com boas condições de operação;	• Actual sistema tarifário incapaz de cobrir os custos de exploração;
• Satisfação de 100% das solicitações de adesão aos serviços disponibilizados pela EASB-E.P. nas zonas urbanas;	• Aumento frequente da dívida na carteira de clientes, provocada por ineficiências internas e hábito de não pagamento dos consumidores.
• Experiência e Capacitação dos Recursos Humanos;	
• Comprometimento dos Recursos Humanos com o crescimento operacional e financeiro da Empresa;	
• Maior autonomia da EASB-E.P. face à constituição e estatutos aprovados;	
• Sistema integrado de gestão empresarial (ERP SAP).	
Oportunidades	**Ameaças**
• Aumento do rendimento médio da população;	• Aumento da concorrência no segmento do Saneamento;
• Aumento das taxas de bancarização da população, empresas e sector público;	• Ligações clandestinas efectuadas pela população e empresas;
• Forte investimento do Estado em programas de reabilitação e ampliação da rede de abastecimento de água e saneamento;	• Crescimento demográfico acentuado em zonas não urbanizadas;
• Surgimento de novas centralidades e urbanizações;	• Cultura do não pagamento da água consumida, presente na sociedade angolana.
• Alterações previstas na regulamentação do sector, conferindo maior autonomia às empresas públicas;	
• Revisão prevista do sistema de tarifas, tendo em conta a cobertura dos custos de exploração e as necessidades da população.	

Fonte: Apresentação – "Água e Energia – Reestruturar para Melhorar e Crescer" – Engº. Jaime Alberto – PCA da EASB

No seu Plano Estratégico para o horizonte 2015-2017, a EASB apresenta o seu Plano de Investimentos, que resultou de um rigoroso trabalho efectuado com as direcções e principais responsáveis da organização, com o objectivo de garantir as melhores decisões de gestão financeira, patrimonial e estratégica para suportar o crescimento e desenvolvimento sustentável da empresa.

TABELA 9 – EASB, PRINCIPAIS PROJECTOS/INVESTIMENTOS

Projecto	Valor Total (Akz)	2015 (Akz)	2016 (Akz)	2017 (Akz)
Reabilitação de infaestruturas de produção e adução de água, bem como de recolha e tratamento de águas residuais, no qual se incluíu a montagem de sistema de bombagem do R3/R8 para o Bairro 4 de Abril com extensão de conduta ao Bairro 4 de Abril	188 228 898,24	151 612 807,24	36 616 091,00	0,00
Reabilitação de Salas de Trabalho e Gabinetes	6 100 000,00	800 000,00	5 300 000,00	0,00
Reabilitação das Agências Comerciais Nºs 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09.	72 000 000,00	18 000 000,00	36 000 000,00	18 000 000,00
Construção Agências contentorizadas no Bairro 4 de Abril, Miramar e Casseque Mampeza, Kaota e Dombe Grande	42 500 000,00	17 000 000,00	17 000 000,00	8 500 000,00
Reabilitação da sala de conferências	500 000,00	500 000,00	0,00	0,00
Construção de novo arquivo para Financeiro e Técnica	7 000 000,00	7 000 000,00	0,00	0,00
Aquisição de Mobiliario de Escritório	245 000,00	245 000,00	0,00	0,00
Construção de novo arquivo para áreas financeiro e técnica	7 000 000,00	7 000 000,00	0,00	0,00
Aquisição de viaturas	173 915 000,00	83 395 000,00	47 910 000,00	42 610 000,00
Aquisição de viaturas técnicas	250 000 000,00	75 000 000,00	50 000 000,00	125 000 000,00
Auditoria e certificação de contas	16 500 000,00	5 500 000,00	5 500 000,00	5 500 000,00
Implementação de normas e procedimentos internos	18 000 000,00	10 000 000,00	4 000 000,00	4 000 000,00
Cadastro e Recadastramento do Clientes	16 000 000,00	6 400 000,00	4 800 000,00	4 800 000,00
Envio de Comunicação aos clientes através de SMS	960 000,00	160 000,00	320 000,00	480 000,00
TOTAL de Investimento	**798 948 898,24**	**382 612 807,24**	**207 446 091,00**	**208 890 000,00**

Projecto	Valor Total (Akz)	2015 (Akz)	2016 (Akz)	2017 (Akz)
Ligações de ramais de 55.000 ramais domiciliares	1 944 096 000,00	524 832 000,00	709 632 000,00	709 632 000,00
Licenças SAP para utilizadores das agências	3 999 999,90	1 999 999,95	1 999 999,95	0,00
Aquisição de contadores Pré-pagos para grandes clientes	150 000 000,00	18 000 000,00	60 000 000,00	72 000 000,00
Aquisição de licenças SAP para utilizadores da área financeira	1 350 000,00	1 350 000,00	0,00	0,00
Projecto de recolha de leituras através de mobilidade	5 000 000,00	3 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00
Produção de Videos Institucionais	3 600 000,00	1 200 000,00	1 200 000,00	1 200 000,00
Boletim Informativo Produção de 2500 exemplares	600 000,00	600 000,00	0,00	0,00
Produção e Divulgação de Programas de Rádio	1 200 000,00	800 000,00	400 000,00	0,00
Produção de Flyer A5	300 000,00	300 000,00	0,00	0,00
Design de Artes Finais de Peças de Comunicação e Marketing	15 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00
Produção de Merchandising	30 000 000,00	10 000 000,00	10 000 000,00	10 000 000,00
Aumento da capacidade de armazenamento de dados (storage)	16 080 000,00	3 080 000,00	0,00	13 000 000,00
Projecto de Consultoria Higiene e Segurança no Trabalho	2 750 000,00	2 750 000,00	0,00	0,00
Upgrade dos equipamentos informáticos	10 507 000,00	3 415 000,00	5 016 000,00	2 076 000,00
Projecto de interligação das agências comerciais com a sede	18 000 000,00	0,00	18 000 000,00	0,00
Licenciamento SAP, SAC, VEEAM e VWARE	35 000 000,00	11 000 000,00	12 000 000,00	12 000 000,00
Projecto de implementação da gestão documental	30 000 000,00	0,00	30 000 000,00	0,00
Restruturação e implementação do sistema informático SAC na Baia-Farta e Baia-Azul	6 300 000,00	0,00	6 300 000,00	0,00
Circuito de interligação entre a EASB e a EMIS (serviços multicaixa)	8 055 000,00	2 847 000,00	2 604 000,00	2 604 000,00
Implementação do módulo SAP para a área técncia - Plant Maintenance	34 125 000,00		34 125 000,00	
TOTAL de Investimento	**2 315 962 999,90**	**590 173 999,95**	**897 276 999,95**	**828 512 000,00**

Fonte: Apresentação – "Água e Energia – Reestruturar para Melhorar e Crescer" – Engº. Jaime Alberto – PCA da EASB

TABELA 9 – EASB, PRINCIPAIS PROJECTOS/INVESTIMENTOS (CONTINUAÇÃO)

Projecto	Valor Total (Akz)	2015 (Akz)	2016 (Akz)	2017 (Akz)
Implementação de Geodastramento, Hardware e Licencimento G/Interaqua	28 720 000,00	28 720 000,00	0,00	0,00
Informatização do centro de serviços médicos	15 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00
Implementação do módulo de HCM do SAP	17 500 000,00	17 500 000,00	0,00	0,00
Interligação das agências - SAC Integrador	5 000 000,00	3 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00
Extensão de rede de distribuição	1 940 654 451,76	543 650 910,82	828 049 041,49	568 954 499,45
Consultoria e software de controlo de gestão	4 500 000,00	4 500 000,00	0,00	0,00
Implementação de certificação de qualidade ISO9001	20 000 000,00	0,00	0,00	20 000 000,00
Plano de formação na área de auditoria	6 687 500,00	5 610 000,00	1 077 500,00	0,00
Plano de formação para área comercial	22 500 000,00	7 500 000,00	7 500 000,00	7 500 000,00
Formação certificada SAP	13 750 000,00	6 250 000,00	3 750 000,00	3 750 000,00
Pacote de Formação em Comunicação e Marketing	7 500 000,00	2 500 000,00	2 500 000,00	2 500 000,00
Formação Higiene e Segurança no Trabalho	15 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00
Formação Gestão Documental	10 000 000,00	5 000 000,00	2 500 000,00	2 500 000,00
Plano de Formações para área Financeira	43 755 660,00	14 130 458,10	15 494 743,81	14 130 458,10
Formação em gestão de projectos	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00	0,00
Formação em planeamento estratégico e gestão de equipa	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00	0,00
Formação em liderança	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	0,00
Controlo de gestão	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	0,00
Plano de formação específicas GEPE	1 500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00
Plano de formação técnica em infraestruturas	14 565 622,50	4 369 686,75	5 826 249,00	4 369 686,75
Plano de formação para área jurídica	12 750 000,00	4 625 000,00	6 875 000,00	1 250 000,00
TOTAL	**2 185 383 234,26**	**660 856 055,67**	**888 072 534,30**	**636 454 644,30**
TOTAL GLOBAL	**5 300 295 132,40**	**1 633 642 862,86**	**1 992 795 625,25**	**1 673 856 644,30**

Fonte: Apresentação – "Água e Energia – Reestruturar para Melhorar e Crescer" – Engº. Jaime Alberto – PCA da EASB

Por fim, destacar o quadro de Demonstração de Resultados Previsional, que sustentam o seu Plano Estratégico:

TABELA 10 – EASB, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

Demonstração de Resultados Previsional

Critérios:

A decomposição da previsão dos proveitos operacionais, são o resultado das projecções de Vendas e das Subvenções ao Preço da Água do Estado.

O CMVMC estimou-se com base nos custos históricos e considerando que os novos investimentos vão ser contabilizados como imobilizado.

Os Custos com o Pessoal foram ajustados às reais necessidades do funcionamento futuro da empresa.

As amortizações estão suportadas pelos investimentos globais previstos e com o enquadramento das correspondentes taxas de amortização.

Os outros Custos e Perdas Operacionais representam na sua maioria FST.

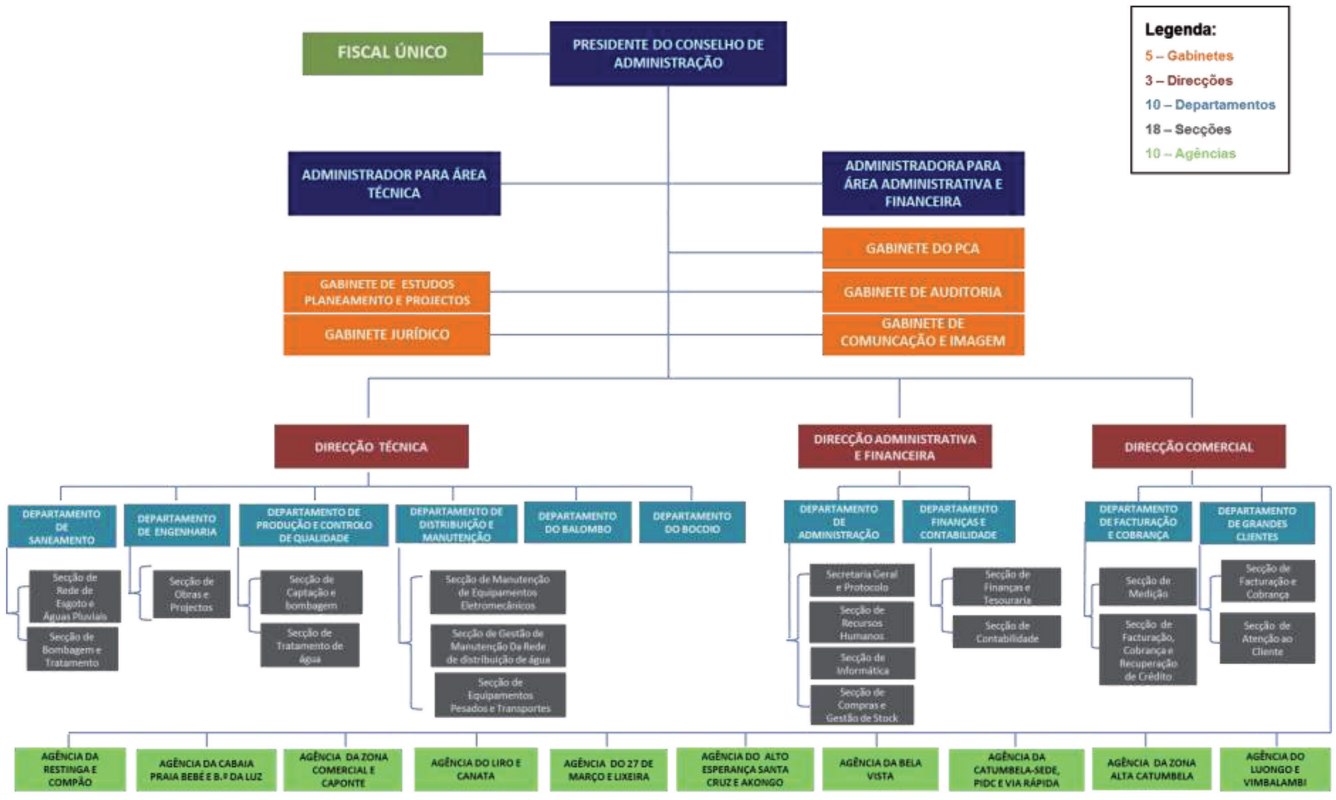
	2014	2015	2016	2017
Vendas	2 261 219 068	3 489 058 489	3 987 874 215	3 956 144 795
Prestações de Serviços	-295 973 637	32 403 102	80 269 785	111 999 205
Outros Proveitos Operacionais	415 518 663	415 518 663	1 020 174 763	1 170 870 803
Total Proveitos Operacionais	**2 380 764 095**	**3 936 980 255**	**5 088 318 763**	**5 239 014 803**
Variações nos produtos acabados e produtos em vias de fabrico				
Trabalhos para a própria empresa				
Variação nos inventários da produção				
CMVMC	317 529 732	381 035 678	419 139 246	461 053 171
Custos com o pessoal	1 882 565 768	1 312 205 579	1 444 335 881	1 589 650 413
Amortizações	325 150 018	465 908 105	648 109 748	867 002 785
Outros Custos e Perdas Operacionais	690 980 450	1 038 817 975	1 120 532 092	1 144 558 476
Total Custos Operacionais	**3 216 225 968**	**3 197 967 336**	**3 632 116 967**	**4 062 264 844**
RESULTADOS OPERACIONAIS	**-835 461 873**	**739 012 918**	**1 456 201 796**	**1 176 749 958**
Resultados financeiros	-4 925 795	-14 777 386	-16 255 124	-17 880 637
Resultados de filiais e associadas				
Resultados não Operacionais	515 470 759	46 392 368	51 031 605	56 134 766
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	**-324 916 909**	**770 627 901**	**1 490 978 276**	**1 215 004 087**
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	447 293 483	364 501 226
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**-324 916 909**	**770 627 901**	**1 043 684 794**	**850 502 861**

Fonte: Apresentação – "Água e Energia – Reestruturar para Melhorar e Crescer" – Engº. Jaime Alberto – PCA da EASB

2.6. EMPRESA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO LOBITO (EASL)

A Empresa de Águas e Saneamento do Lobito (EASL-EP) foi criada por Decreto Executivo Conjunto N.º 405/13. No mesmo diploma legal é aprovado a seu estado orgânico.
É uma empresa de Interesse Público de Média Dimensão, dotada de personalidade jurídica e de Autonomia Administrativa, Financeira, Patrimonial e de Gestão.
Segundo a apresentação do seu Presidente do Conselho de Administração (PCA), o Eng.º Henrique Calengue, no *side-event* dedicado ao tema "P3LP | Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa – Plataforma de Partilha de Experiências e Conhecimento no Sector da Água" que a PPA, em colaboração com a APDA, dinamizou, a EASL tem por Objecto Social a Gestão e Exploração de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais, na Província de Benguela.
A EASL-EP pode nos termos da legislação em vigor, estabelecer parcerias com entidades Nacionais ou Estrangeiras, em forma de Associação ou Cooperação que melhor possibilitem a realização do seu objecto social.
A Sede da EASL-EP está situada na Cidade Portuária do Lobito, e cobre 4 Municípios da Província de Benguela, Lobito, Catumbela, Bocoio e Balombo, e cobre um universo de cerca de 900.000 habitantes.

FIGURA 8 – EASL, ORGANIGRAMA



Fonte: Plano Estratégico 2015-2017, EASL, E.P.

A 31 de Março de 2015, a EASL-EP, contava nos seus quadros com 479 funcionários, dos quais 80,79% são do sexo masculino e 19,21% são do sexo feminino, distribuídos pelas várias categorias profissionais, como se apresenta na tabela abaixo:

TABELA 11 – EASL, QUADRO DE PESSOAL

Categoria Profissional	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total Geral
Presidente Conselho Administração	0	1	1
Administradores	1	1	2
Directores	1	4	5
Assessores	0	1	1
Secretarias (os)	3	1	4
Assistente	31	143	174
Chefe Departamento	5	19	24
Chefe de Secção	9	24	33
Responsável	1	24	25
Técnico	17	56	73
Auxiliar	24	113	137
Total Geral	**92**	**387**	**479**

Fonte: Plano Estratégico 2015-2017, EASL, E.P.

Ao nível das suas habilitações a EASL conta com funcionários com diferentes habilitações literárias. Cerca de 43,63% dos funcionários encontram-se no escalão da 10ª à 12ª Classe, 22,96% enquadram-se no escalão da 7ª à 9ª Classe, 13,57% dos colaboradores têm a 5ª ou 6ª Classe, 9,19% são licenciados, 5,64% são bacharéis, 4,80% do funcionários encontram-se no escalão entre a 1ª e a 4ª Classe e 0,21% dos funcionários são mestres.

TABELA 12 – EASL, QUADRO DE PESSOAL POR HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Habilitações Literárias	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total Geral
1ª a 4ª Classe	2	21	23
05ª Classe à 06ª Classe	5	60	65
07ª Classe à 09ª Classe	16	94	110
10ª à 12ª Classe	48	161	209
Bacharelato	5	22	27
Licenciatura	16	27	43
Mestre	0	2	2
Total Geral	**92**	**387**	**479**

Fonte: Plano Estratégico 2015-2017, EASL, E.P.

O primeiro grande objectivo da EASL-EP, inscrito no Plano Estratégico da Empresa para o horizonte de 2015-2017 visa "garantir a sustentabilidade futura da empresa; redução de custos e a necessária diminuição da dependência das subvenções ao preço da água". Destacam-se ainda os objectivos de aumentar a carteira de clientes, passando dos 30 mil para os 105.000 clientes em 2017 e proceder até ao ano de 2017 a um total de 75.000 novas ligações domiciliárias, estendendo a rede a mais de 450 mil novos consumidores.

Ao nível da Produção, Distribuição e Facturação de Água, de seguida é apresentada a sua evolução no período de 2010 e 2014. Desde logo destaca-se o crescimento superior a 200% na água produzida e superior a 400% na água distribuída. Por fim, e quanto à facturação, existe uma grande oscilação deste indicador, o que reflecte a sua inconsistência com a evolução da distribuição de água face à água facturada. As perdas técnicas entre a água produzida e distribuída situam-se nos 5%.

TABELA 13 – EASL, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E FACTURAÇÃO DE ÁGUA

Ano	Produção (m³)	Distribuição (m³)	Facturação (m³)
2010	10.496.883	5.509.425	2.864.130
2011	13.599.720	12.060.821	9.293.022
2012	22.721.804	22.721.804	6.979.750
2013	23.090.256	21.935.743	8.568.261
2014	23.228.189	22.122.085	8.917.936

Fonte: Plano Estratégico 2015-2017, EASL, E.P.

No quadro seguinte apresenta-se a capacidade instalada de cada local de captação e produção da EASL.

TABELA 14 – EASL, CAPACIDADE INSTALADA POR LOCAL DE CAPTAÇÃO E PRODUÇÃO

CAPACIDADE INSTALADA PRODUÇÃO	INDICADOR DE CÁLCULO	2015 (M³)	2016 (M³)	2017 (M³)
ETA Luongo	64.800 m3/dia x 365 dias	23 652 000	23 652 000	23 652 000
Novo Campo de Furos de Benguela	7.920 m3/dia x 365 dias	2 890 800	2 890 800	2 890 800
Antigo Campo de Furos de Benguela	13.080 m3/dia x 365 dias	4 739 160	4 739 160	4 739 160
Sistema de Produção Benguela Interior	4.356 m3/dia x 365 dias	1 589 940	1 589 940	1 589 940
Sistema de produção da Baía Farta Interior	4.240/m3dia x 365 dias	2 277 600	2 277 600	2 277 600
Sistema de Produção do Cubal	4.248 m3/dia x 365 dias	1 550 520	1 550 520	1 550 520
Sistema de Produção do Caimbambo	1.344 m3/dia x 365 dias	490 560	490 560	490 560
Sistema de Produção do Chongoroi	1.49 m3/m3 x 365 dias	382 812	382 812	382 812
Margem Técnica de Segurança	Redução de produção por paragens técnicas - 5%	-1 859 529	-1 859 529	-1 859 529
TOTAL - Capacidade Instalada Anual M³		35 713 863	35 713 863	35 713 863

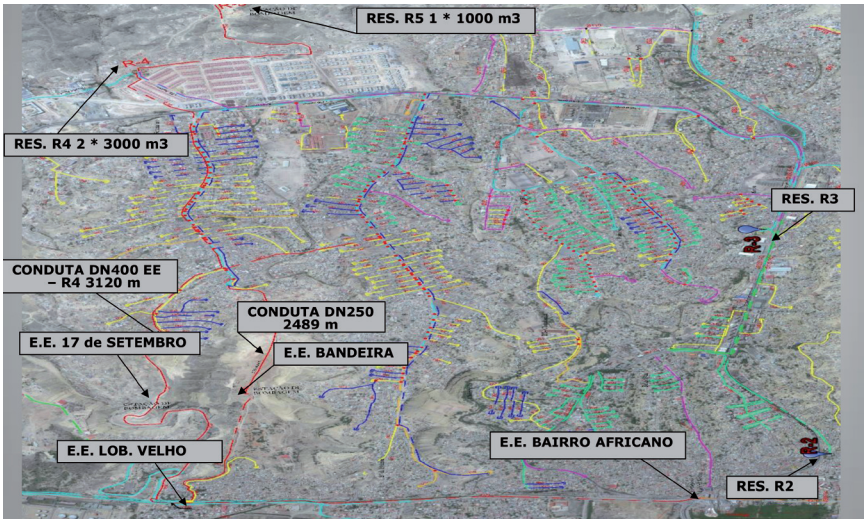
Fonte: Plano Estratégico 2015-2017, EASL, E.P

Por fim, apresentamos de seguida o traçado das sub-condutas e rede de distribuição da Zona Baixa e da Zona Alta de Lobito:

FIGURA 9 – EASL, SUB-CONDUTAS DA ZONA BAIXA DE LOBITO

Fonte: Apresentação do Eng.º Henrique Calengue – PCA da EASL

FIGURA 10 – EASL, SUB-CONDUTAS E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DA ZONA ALTA DE LOBITO



Fonte: Apresentação do Eng.º Henrique Calengue – PCA da EASL

No seu Plano Estratégico para o horizonte de 2015 a 2017 apresenta uma análise SWOT à organização, o que nos permite identificar as suas principais Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças com que a sua actividade se depara:

FIGURA 11 – EASL, ANÁLISE SWOT

Forças	Fraquezas
• Único operador do sector na sua área de intervenção, o que permite o domínio do mercado.	• Reduzido número de clientes cadastrados com ligação domiciliária face a água distribuída, o que origina perdas comerciais de cerca de 60%.
• Infra-estruturas de produção, reservação e da rede de distribuição de água e de saneamento renovadas e com boas condições de operação.	• Das 100.000 potenciais famílias que consomem água, só cerca de 25.000 estão cadastrados na EASL-E.P., com ligação domiciliária.
• Capacidade de produção instalada suficiente para satisfazer as novas solicitações de adesão ao abastecimento de água, na zona urbana e suburbana.	• Rácio de cobrança vs facturação abaixo do exigível e esperado.
• Sistema Gestão Integrado para o negócio – ERP SAP All-in-One, o que garante a implementação de novos serviços e modelos de negócio.	• Distribuição de água no interior "gratuita", por ausência do cadastro de clientes e diminuta capacidade de pagamento da população.
• Recursos Humanos com faixa etária média jovem.	• Fragilidade económica para cumprir as obrigações correntes de exploração da actividade, provenientes do baixo retorno dos investimentos realizados no passado.
• Reconhecimento nacional da sua capacidade de saber fazer e credibilidade de ser um exemplo a seguir pelas demais E.P. do sector.	• A ausência do Geocadastramento da rede e equipamentos limita a capacidade de gestão e intervenção da área técnica.
	• O quadro de técnicos de canalização para o exercício do objecto social da empresa é demasiado reduzido, representando só 8% dos trabalhadores.
	• Sistema de distribuição não compatível com a demanda do crescimento da população, sobretudo na Zona Alta do Lobito.
	• Cobertura da rede de saneamento insuficiente para responder às necessidades do crescimento desta importante área de negócio.

FIGURA 11 – EASL, ANÁLISE SWOT (CONTINUAÇÃO)

Oportunidades	Ameaças
• Aumento do rendimento médio e maior empregabilidade da população.	• População não tem a cultura de pagamento presente no seu dia-a-dia e considera a fornecimento de água uma obrigação do governo.
• População disponível para crescer até 4 vezes a carteira de clientes actual (aprox. 100.000 clientes.)	• Tarifa em vigor insuficiente para cobrir os custos de exploração e tornar o negócio viável e auto-sustentável.
• Autonomia de gestão como empresa pública, com orientações claras da tutela para o desenvolvimento sustentável da sua actividade técnica, comercial e económica.	• Atraso do pagamento dos subsídios ao preço da água pagos pelo Estado, que em 31.12.2014 representam um défice de 5.481.335.834,87 Akz, o que se torna numa forte limitação da capacidade financeira da EASL-E.P. suprir as suas responsabilidades.
• Área comercial com forte potencial de crescimento, suportado em procedimentos que garantam o crescimento dos seus indicadores de negócio.	• Crescimento da construção desorganizada, o que origina limitações temporais para criar as condições de abastecimento de água e saneamento, sobretudo nos meios periurbanos.
• Forte crescimento da carteira de clientes de indústria e comércio, pelas boas condições de localização e infra-estruturas da Província de Benguela.	
• Revisão prevista do sistema de tarifas, tendo por base a cobertura dos custos de exploração e as necessidades da população.	
• O Decreto Presidencial nº 83/14 de 22 Abril de 2014, denominado Lei de Águas, possibilita a revisão da tarifa da água.	

Fonte: Plano Estratégico 2015-2017, EASL, E.P.

No seu Plano Estratégico para o horizonte 2015-2017, a EASL apresenta o seu Plano de Investimentos:

TABELA 15 – EASL, PRINCIPAIS PROJECTOS/INVESTIMENTOS

Refª do Projecto	Designação do Projecto	Valor Global (Akz)	2015	2016	2017
2.1	Reforço da Capacidade de Abastecimento de Água a mais de 12 mil famílias a Zona Alta da Cidade do Lobito-Bairro 17 de Setembro e 27 de Março a partir do Lobito Velho	120 747 518,50	120 747 518,50	-	-
2.2	Reforço da Capacidade de Fornecimento de Água a Zona Alta do Lobito a partir do R2,(Três Electrobombas)	97 736 838,00	97 736 838,00	-	-
2.3	Reforço da Capacidade de Fornecimento de Água a Zona Alta do Lobito a partir do R1, R3, R4	829 040 198,70	394 781 047,00	434 259 151,70	-
2.4	Reforço da Capacidade de Fornecimento de Água a Zona Alta a partir do Lobito velho-Golf e R4	819 607 508,50	404 507 438,50	415 100 070,00	-
2.5	Abastecimento de Água a Nova Centralidade da Catumbela (DN 500)	219 049 106,00	219 049 106,00	-	-
2.6	Melhoramento de Abastecimento de Água a Zona Alta da Cidade do Lobito a partir do Bar Africano	23 749 307,16	23 749 307,16	-	-
2.7	Melhoramento da Qualidade de Água a Zona Alta da Catumbela, S.Pedro, Luongo no Município da Catumbela	24 917 957,59	24 917 957,59	-	-
2.8	Projecto da Aquisição e Instalação de 26 Mil Contadores e Respectivas Caixas, aos clientes existentes	682 500 000,00	325 000 000,00	357 500 000,00	-
2.9	Projecto de 75.000 Ligações Domiciliárias de Água com contadores e caixas a novos Clientes	2 611 738 800,00	1 107 612 000,00	1 504 126 800,00	-
2.10	Projecto de 130 Ligações Domiciliáriaa da Rede do Esgoto (Águas Residuais)	13 836 606,25	13 836 606,25	-	-
2.11	Aquisição de Meios de Transporte	210 000 000,00	100 000 000,00	110 000 000,00	-
2.12	Aquisição e Instalação de 5 mil Contadores, Pré-Pagos	200 000 000,00	200 000 000,00	-	-
2.13	Aquisição e Instalação de 500 Contadores de Telemetria para Grandes Clientes	13 750 000,00	13 750 000,00	-	-
2.14	Projecto de Construção da Sede da EASL-EP	973 936 500,00	75 000 000,00	428 065 000,00	470 871 500,00
2.15	Implementação do Software SAP PM	37 620 000,00	-	37 620 000,00	-
2.16	Software para Dimensionamento Hidráulico	1 320 000,00	-	1 320 000,00	-
2.17	Substituição de 4 Misturadores lentos na Centro de Reservação da Catumbela e Estação de Coloração do Tchiúle	368 000,00	368 000,00	-	-
2.18	Reabilitação do Sistema de Esgotos das Águas Residuais das Estações Elevatórias EE 9 e EE10 do Compão (2.218 famílias beneficiárias)	105 447 471,80	-	105 447 471,80	-
2.19	Reabilitação de 6 Tanques no Centro de Reservação do Alto Niva; CR-Catumbela	23 475 000,00	23 475 000,00	-	-
2.20	Equipamentos e Meios para Serviços de Drenagem de Esgotos	165 072 430,51	78 605 919,29	86 466 511,22	-
2.21	Reabilitação dos Centros comerciais da Canata e de Catumbela	44 000 000,00	-	44 000 000,00	-
SUB-TOTAL PLANO DE INVESTIMENTOS		**7 217 913 243,01**	**3 223 136 738,29**	**3 523 905 004,72**	**470 871 500,00**
2.22	Ampliação 16.060 metros da Rede de Distribuição de Água na Comuna da Gama-Catumbela (mista DN110 a DN160)	52 039 353,00	52 039 353,00	-	-
2.23	Ampliação de 5.000 mts da rede de Distribuição de Água no Bairro do Alto-Akongo (DN110 e DN160)	17 465 323,70	-	17 465 323,70	-
2.24	Ampliação de 6.000 mts da Rede de Distribuição de Água no Bairro do Golf (misto DN100 a DN160)	16 141 741,00	-	16 141 741,00	-
2.25	Ampliação de 6.080 metros da Rede de Distribuição de Água no Bairro do Vimbalambe (misto DN110 a DN160)	18 115 575,00	18 115 575,00	-	-
2.26	Ampliação de 2.000 mts da Rede de Distribuição de Água no Bairro 17 de Setembro (misto DN90 a DN160)	3 407 067,40	3 407 067,40	-	-
2.27	Ampliação de 4.000 mts da Rede de Distribuição de Água no Bairro da Praia Bebé (mista DN75, DN110, DN500)	6 877 266,00	-	6 877 266,00	-
2.28	Ampliação de 4.060 mts da Rede de Distribuição de Água na Zona Industrial da Catumbela (PDIC Fase I) da Rotunda do Kero até Cimitério (DN90 e DN110)	6 116 702,00	6 116 702,00	-	-
2.29	Ampliaçãode 3.000 metros da Rede de Distribuição de Água no Bairro 04 de Abril (mista DN90 a DN110)	5 053 323,00	5 053 323,00	-	-
2.30	Aplicação de Para-Raios na Estações Produção e Distribuição do Cambandjo, Chila, Hungulo, Cubal Lumbo e Anha	1 186 352,00	1 186 352,00	-	-
2.31	Aquisição de 2 casas (sendo uma de Passagem e outra para os Técnicos)	9 600 000,00	9 600 000,00	-	-
2.32	Construção e Reparação de Caixas e de Tampas para Rede de Águas e Rede de Esgotos	19 207 587,00	9 146 470,00	10 061 117,00	-
2.33	Estudo do Sistema de Saneameto das Águas Residuais para as Cidades do Lobito e Catumbela (aumento de 3.155 clientes)	10 000 000,00	10 000 000,00	-	-
2.34	Instalação de um PT de 315KVA para a Estação Elevatória nº 1 das Águas Residuais e Agência Comercial do 28	12 425 500,00	12 425 500,00	-	-
2.35	Reabilitação e Ampliação da Estação de Coloração do Tchiule	7 436 497,05	-	7 436 497,05	-
2.36	Geocadastramento do Sistema	26 400 000,00	26 400 000,00	-	-
2.37	Ampliação e Reparação da Central de Captação e Distribuição da Vila da Catumbela	37 925 274,96	10 000 000,00	27 925 274,96	-
2.38	Aquisição Máquinas e Equipamentos de Apoio aos Trabalho	202 951 980,00	-	96 643 800,00	106 308 180,00
2.39	Conclusão das Instalações da EASL-EP, no Município do Bocoio (Sede)	44 992 750,00	-	44 992 750,00	-
2.40	Construção das Instalações da EASL-EP, no Município do Balombo (Sede)	9 438 000,00	-	9 438 000,00	-
2.41	Construção de 13 Casas de Operadores nas Comunas do Município do Bocoio (6) e nas do Balombo (7)	26 455 000,00	-	26 455 000,00	-
2.42	Construção e Apetrechamento de 6 Agências Comerciais no Lobito e Catumbela (Bairro da Luz, Luongo, Vimbalambe, Restinga, Compão, Alto Esperença, Alto Niva e uma Agência para os Grandes Consumidores)	188 001 000,00	-	116 630 250,00	71 370 750,00
SUB-TOTAL PLANO DE INVESTIMENTOS		**721 236 292,11**	**163 490 342,40**	**380 067 019,71**	**177 678 930,00**

TABELA 15 – EASL, PRINCIPAIS PROJECTOS/INVESTIMENTOS (CONTINUAÇÃO)

Refª do Projecto	Designação do Projecto	Valor Global (Akz)	2015	2016	2017
2.43	Mobiliário e Decoração Corporativa	47 584 664,51	47 584 664,51		-
2.44	Equipamento Informático e de Imagem	287 688 605,60	136 994 574,10	150 694 031,50	-
2.45	Aplicação de Bombas Doseadoras no Chingongo, Bocoio Sede, Chila e Centro de Reservação de Catumbela	960 000,00	960 000,00	-	-
2.46	Comunicação ao Cliente Via SMS	7 646 100,00	2 310 000,00	2 541 000,00	2 795 100,00
2.47	Aquisição de Utensílios de Trabalho	44 467 533,00	13 434 300,00	14 777 730,00	16 255 503,00
2.48	Criação de 3 Novos Pontos Comerciais Contentorizados de 40"	8 259 000,00	8 259 000,00	-	-
2.49	Requalificação da Rede Interna de Informática (Cablagem) nas Agências Comercias	553 040,00	553 040,00	-	-
2.50	Cadastro e recadastramento de 100 mil Clientes de Água, Cobrança e Corte em 45 dias (220 ALFs)	5 260 000,00	5 260 000,00	-	-
2.51	Aquisição e Instalação de 65 Macro Contadores (110 mm; 150 mm; 250 mm e 400 mm)	3 200 000,00	3 200 000,00	-	-
2.52	Aquisição de Equipamento Topográfico	1 194 000,00	1 194 000,00	-	-
2.53	Reabilitação do Reservatório do Alto Niva (Junto a Agencia Comercial)	3 067 736,18	3 067 736,18	-	-
2.54	Construção do muro de vedação da Estação elevatória de Águas Residuais nº 1 (EE-1)	944 756,64	944 756,64	-	-
2.55	Instalação de um PT de 160KVA da Estação Elevatória das Águas Residuais nº2 (EE2) Caponte	7 642 166,07	7 642 166,07	-	-
2.56	Aquisição de 2 casas (sendo uma de Passagem e outra para os Técnicos) no Balombo	9 600 000,00	9 600 000,00	-	-
2.57	Aquisição de Ferramentas para obras de Engenharia	35 384 828,85	16 849 918,50	18 534 910,35	-
2.58	Aquisição de Material de Laboratório para as Estações de Tratamento de Água do Tchiúle, CR-Catumbela, Zona Velha e Balombo	5 726 900,00	5 726 900,00	-	-
2.59	Aquisição de Medidores de Caudal para os Sistemas da Zona Velha e CR-Catumbela	1 424 000,00	1 424 000,00	-	-
2.60	Aquisição de Software Controlo de Qualidade	7 920 000,00	-	7 920 000,00	-
2.61	Aquisição do Tractor com Cisterna de Sucção de Águas Residuais	6 809 250,00	6 809 250,00	-	-
2.62	Aquisição e Substituição de dois Grupos Geradores de 30 KVA para Monte Belo e Tola	4 097 500,00	4 097 500,00	-	-
2.63	Reforço da Capacidde de Bombagem a partir do R3	105 050 240,00	105 050 240,00		
2.64	Aquisição do Camiões Limpa Fossas de 18 m3 & de 2 Tractores de Drenagem 12 m3	157 211 837,89	157 211 837,89	-	-
SUB-TOTAL PLANO DE INVESTIMENTOS		**751 692 158,74**	**538 173 883,88**	**194 467 671,85**	**19 050 603,00**
TOTAL PLANO DE INVESTIMENTOS		**8 690 841 693,85**	**3 924 800 964,57**	**4 098 439 696,28**	**667 601 033,00**

Fonte: Plano Estratégico 2015-2017, EASL, E.P.

2.7. EMPRESA PROVINCIAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO HUAMBO (EPASH)

A EPASH foi criada em Março de 2015, através do decreto executivo conjunto 8/14, na sequência da extinção da empresa de águas e saneamento e tem como missão a Gestão e Exploração de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais, na Província do Huambo.

Ao nível dos seus principais projectos, podemos destacar o Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA), no âmbito do reforço de tratamento e abastecimento de água potável aos citadinos, e que foi lançado este ano a sua segunda fase. A primeira fase do projecto foi concluída em 2010 e beneficiou 17 mil ligações domiciliares. O projecto é financiado pelo Governo Angolano, Banco Mundial e Caixa Francesa de Desenvolvimento e visa permitir o reforço da produção e armazenamento de água potável para a cidade do Huambo.

O projecto terá uma execução prevista de três anos, tendo como objectivo permitir a ligação de 20 mil residências, sendo que se prevê a construção no canal de transporte de água numa extensão de 200 quilómetros.

Ao nível das principais carências e dificuldades com que a EPASH se depara, destacamos:

- Não cumprimento do pagamento de muitos dos consumidores. Este é um problema que coloca, obviamente, dificuldades financeiras à empresa, dificultando a manutenção da própria rede de distribuição, bem como novos investimentos. Cerca de 11.000 dos seus 18.100 clientes não pagam a sua factura. Entretanto a empresa em parceria com o Banco Mundial, pretende implementar um novo modelo de cobrança, que seja eficaz e exacto;

- As enchentes nos balcões da empresa. Para o efeito estão a ser criados, nos bairros, pontos de atendimento para desafogar as enchentes nos balcões da empresa;

- A legalização das ligações. Só cerca 45% dos clientes pagam regularmente o que consomem, existindo no sistema da EPASH 19 mil ligações, mas destas somente 18.100 estão legalizadas.

2.8. EMPRESA PÚBLICA DE ÁGUA E SANEAMENTO DO BENGO (EPASB)

Por despacho do Governo Provincial do Bengo N.º 58/2016, de 27 de Janeiro, foi criada a Comissão Instaladora (CI) da EPASB. Na fase actual, a CI cria condições preliminares para a instalação da EPASB ou seja, conduzir transitoriamente o processo constitutivo da empresa até a sua criação efectiva e a nomeação dos seus corpos gerentes.

Os sistemas em operação nesta região são:

- Sistemas de abastecimento de água das Mabubas (capacidade nominal, 300m^3/h) e de Porto Kipiri (capacidade nominal, 50m^3/h), na zona metropolitana de Caxito.

As principais actividades, tal como em outras empresas públicas do sector, consiste na exploração dos sistemas, extensão da rede, cadastro de clientes e celebração de contratos e inventariação do património da EPASB.

A sua estrutura organizacional é constituída por:

TABELA 16 – EPASB, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Categoria	2017
Direcção	4
Quadros Superiores	2
Quadros Médios	9
Quadros Básicos	13
Total	28

Fonte: Apresentação de Napoleão dos Santos – Director Comercial da EPASBENGO – E.P.

Para ilustrar a actividade produtiva da EPASB, apresentam-se alguns dados:

TABELA 17 – EPASB, PRINCIPAIS DADOS DA ACTIVIDADE PRODUTIVA

Água Produzida/Dia (Jornada 14h/Dia)	4.005.000 litros
Água Distribuída/Dia (Distribuição 24h)	3.725.000 litros
Total de Clientes	3.948
Per capita	70 litros/pessoa/dia
Estimativa de Atendimento	50.000 Hab.
Média de Custos de Produção/Mês	8.000.000 Kz
Média de Receitas/Mês	1.000.000 Kz
Tarifa Básica (avença)	2.100 Kz/Cliente
N.º de Trabalhadores	28

Fonte: Apresentação de Napoleão dos Santos – Director Comercial da EPASBENGO – E.P.

As principais linhas orientadoras do seu desenvolvimento são:

- Considerar como zona metropolitana de Caxito, o corredor Mabubas-Caxito-Açucareira-Porto Kipiri-Panguila – Barra do Dande e procurar optimizar o potencial de infra-estruturas instalado;
- Sectorizar as redes de distribuição e agenciar serviços;
- Assegurar a continuidade e qualidade do serviço de abastecimento de água à população com maior enfoque ao cliente;
- Estruturar e organizar a Empresa de acordo com a realidade local;
- Desenvolver e implementar um Sistema de Gestão completo, eficaz e eficiente;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira;
- Qualificar o pessoal da empresa para promover a eficácia do seu desempenho;
- Alargar o raio de acção da empresa e aumentar o número de clientes;
- Admissão de pessoal qualificado para as áreas essenciais.

Por fim, apresentam-se alguns dos constrangimentos actuais da EPASB:

- Carência de Recursos Humanos;
- Insuficiência de Quadros Técnicos;
- Carece o desenvolvimento do *Business Plan*;
- Carece a aquisição de *software* de facturação;
- Carece a aquisição de *software* de gestão de clientes;
- Carece a implementação de um Plano de Controlo da Qualidade da Água mais eficaz.

2.9. EMPRESA PÚBLICA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE CABINDA (EPASC)

Em Dezembro último foi exarado o Decreto Executivo Conjunto Nº 475/16 que cria a EPASC. Sendo sua obrigação, desde a criação da Comissão Instaladora, entre várias acções, a desenvolver o aumento e melhoramento da produção, actividade comercial, expansão do raio de acção para toda a extensão da Província e ampliação da rede de distribuição de água na Cidade de Cabinda e em todas as sedes Municipais (Cabinda, Cacongo e Buco Zau).

A estrutura organizacional apresenta-se como ilustrado no organigrama abaixo:

FIGURA 12 – EPASC, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Fonte: Apresentação do Dr. Filipe Barros (Coordenador da EPAS Cabinda)

Relativamente aos principais projectos são identificados:

TABELA 18 – EPASC, PRINCIPAIS PROJECTOS

Designação do Projecto	Estado da Água	Tipologia	Classe de Resist. (PN)	DN (mm)	Extensão (km)	Etapa do Processo
CABINDA – LÂNDANA	BRUTA	FFD e PEAD	10	500 e 900	2,82	Captação do Rio Ciloango
	TRATADA	FFD	10	400, 500, 700, 900 e 1000	63,21	Elevação e Transporte
	TRATADA	FFD e PEAD	10	250, 300, 315 e 400	149,70	Rede Primária de Distribuição
	TRATADA	PEAD	10	90, 125, 200 e 315	1.008,90	Rede Secundária de Distribuição
	SUBTOTAL				**1.224,63**	
SISTEMA DO CHIBODO	BRUTA	PEAD	10	400	2,50	Captação do Rio Nhama
	TRATADA	PEAD	10	200	7,00	ETA Chibodo – Bº da Juventude
	TRATADA	PEAD	10	90, 125 e 200	35,10	Toda a extensão da Aldeia de Chibodo
	SUBTOTAL				**43,60**	
SISTEMA DE LÂNDA	TRATADA	PEAD	10	125	1,80	ETA L. Pequeno – Reserv. L. Pequeno
	TRATADA	PEAD	10	160	10,63	Reserv: L. Pequeno – ETA Mphuli
	TRATADA	PEAD	10	90, 125 e 200	16,17	Rede de Distribuição da Vila de Lândana
	TRATADA	PEAD	10	75, 90, 125 e 160	9,73	Rede de Distribuição de Malembo
	TRATADA	PEAD	10	63, 75, 90 e 125	5,83	Aldeias na via Malembo – Lândana
	SUBTOTAL				**44,16**	
TOTAL DO PROJECTO EM PIPELINE					**1.312,39**	

Fonte: Apresentação do Dr. Filipe Barros (Coordenador da EPAS Cabinda)

E quanto a futuras ligações em tipologias diferentes:

TABELA 19 - EPASC, FUTURAS LIGAÇÕES

Designação	Quantidade
Ligações Domiciliárias Prediais	13.253
Ligações Prediais em Edifícios Públicos	351
Ligações de Quintal	25.991
Construção e Ligação de Chafarizes	260

Fonte: Apresentação do Dr. Filipe Barros (Coordenador da EPAS Cabinda)

Por fim, apresentam-se alguns dos constrangimentos actuais da EPASC:

- Capacidade humana bastante limitada;
- Inexistência de um Plano de Negócios;
- Ausência de um *software* de base de dados do Programa de Controlo da Qualidade de Água;
- Deficiente funcionamento do laboratório de análises físico-químicas da água;
- Ausência de um sistema de facturação para o Município de Belize;
- Deficiente capacidade de operação e de manutenção dos sistemas de Abastecimento de Água Potável.

3

CONCLUSÕES

3 CONCLUSÕES

A recolha, análise e sistematização de informação objecto de estudo, permitiu conhecer o sector das águas e a sua envolvente relevante, assim como a identificação dos diversos factores limitativos do seu desenvolvimento e, consequentemente, os principais desafios, necessidades e oportunidades de melhoria de desenvolvimento com que se deparam as entidades gestoras de serviços de água no país.

Em termos de considerações e recomendações finais sobre o mercado em causa, os principais desafios que se colocam são:

- Implementar na prática diversos instrumentos de Planeamento como sejam o recente Plano Nacional da Água, Planos Directores das diversas Bacias Hidrográficas, Plano de Segurança de Barragens, entre outros;
- Realizar o Cadastro Nacional dos Recursos Hídricos (a decorrer);
- Melhorar a qualidade da água (ex. a EPAL inaugurou um laboratório de análises recentemente);
- Criar a Autoridade de Recursos Hídricos;
- Rever e melhorar os mecanismos de cobrança das taxas de água aos consumidores, trazendo receita para o sistema.

Relativamente às principais tendências previstas/esperadas para o sector podemos destacar:

- A partir da construção de um conjunto de barragens (algumas em curso), apostar nas redes de irrigação e distribuição;
- Articulação entre os vários *players* do sector;
- Desenvolvimento da actividade agrícola e agro-pecuária vai exigir um outro alinhamento nas redes de distribuição;
- Consciencializar as populações para a utilização deste recurso.

Quanto aos grandes temas de Investimento/Capacitação, fazer referência à necessidade de:

- Optimizar os organismos gestores dos recursos hídricos compatibilizando com a missão prevista para cada organismo;
- Implementar práticas de monitorização e manutenção dos sistemas construídos e colocados em funcionamento;
- Formar técnicos que desempenhem tarefas de gestão e monitorização nas entidades gestoras;
- Esclarecer as populações e co-responsabilizar o cidadão no sentido dele assumir um papel de consumidor/pagador;
- Implementar medidas de segurança em todas as infra-estruturas relevantes em matéria de sector, barragens, estações hidrométricas, estações telemétricas, entre outros.

Por fim, destacamos as principais conclusões/recomendações do estudo que foi realizado ao sector da água em Angola:

1. O Desenvolvimento de Angola teve desde 2014 algum reverso no seu trajecto de crescimento e modernização e consequentemente um abrandamento na disponibilidade de recursos financeiros para fazer face aos investimentos das infra-estruturas do sector das águas; paralelamente, outras dificuldades de terceiros (p.e. financiamento da barragem de Lauca), também contribuíram para que o Governo reanalisasse as opções de investimento e os montantes dos investimentos;
2. Continuar a requerer ajudas externas de financiamento com base em projectos de qualidade e com melhor justificação de retorno;
3. O sector apresenta um grande potencial de desenvolvimento, nomeadamente na utilização de recursos hídricos no sector da agricultura em plena mobilização de crescimento;
4. Apesar do País já contar com diversas entidades relacionadas com o cluster da água, desde o MINEA e chegando às empresas provinciais de águas e saneamento, elas não estão devidamente em sintonia e em comunicação;
5. A EPAL, que fornece água a uma zona urbana de grande dimensão, tem um desafio enorme de conciliar o fornecimento contínuo de água às famílias com a qualidade do tratamento;
6. E por fim concluímos com as principais "Oportunidades de Desenvolvimento" que detectamos, foram:

- Ao nível da Gestão e da Capacitação dos RH, existe uma clara necessidade de diminuir a dependência externa, quer ao nível técnico quer ao nível de gestão; será necessário capacitar muitos perfis de trabalho para este novo desafio;

- Ao nível das infra-estruturas, continuar com o trajecto de finalizar as barragens, aumentar os pontos de distribuição e implementar prácticas preventivas que evitem acções de vandalismo no sistema (barragens, estações hidrométricas, etc.);

- Ao nível dos sistemas de informação, colocá-los ao serviço do sector, como reforço ao ciclo da gestão, planeamento, implementação, monitorização e mudança.

4

REFERÊNCIAS

4 REFERÊNCIAS

- *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio,* 2015
- *Plano Nacional de Desenvolvimento* 2013-2017
- *Ficha de Mercado – AICEP* – Setembro 2016
- *EASL – Plano Estratégico* 2015-2017
- *Apresentação "AquaGlobal – A Internacionalização do Sector Português da Água",* Maria da Conceição Vieira
- *Apresentação "Empresa de Águas e Saneamento do Lobito",* Henrique António Calengue
- *Apresentação "Empresa de Águas e Saneamento de Benguela – Realidades e Oportunidades",* Jaime Alberto
- *Apresentação "Os Serviços de Água em Angola",* Fátima Martins (Secretária Geral do Ministério da Energia e Águas)
- *Apresentação "ANGOLA, PASSOS RECENTES DO SECTOR DAS ÁGUAS",* Lucrécio Costa (Director Nacional de Águas do Ministério de Energia e Águas)
- *Apresentação "EPASCabinda – SITUAÇÃO ACTUAL E OS DESAFÍOS DO FUTURO",* Filipe Barros (Coordenador da EPASCabinda)
- *Apresentação "Angola e o Sector da Água",* Napoleão dos Santos (Director Comercial)
- *"Necessidades de Recursos Humanos" (draft),* Manuel Quintino, INRH
- *Website do Governo de Angola* (http://www.governo.gov.ao/)
- *Portal do Cidadão de Angola* (http://www.cidadao.gov.ao/)
- *Diário da República de 24/5/2010*
- *Website do Banco Nacional de Angola* (http://www.bna.ao/)
- *Website do INRH* (http://www.inrh.gv.ao/)
- *Facebook, Epal de Luanda*
- *Facebook, EASB*
- *Facebook, EASL*

p3lp
Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES E GAPS DE CAPACIDADES

NAS ENTIDADES GESTORAS DE SERVIÇOS DE ÁGUAS

Angola

Cofinanciado por:

COMPETE 2020

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional